



ISO 9001

COOPERCOCAL

Cooperativa Energética Cocal



RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REGULATORIO 2019

SUMÁRIO

RELATÓRIO ANUAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO	5
MISSÃO	5
VISÃO	5
PRINCÍPIOS E VALORES	5
CARTA DO PRESIDENTE	6
CENÁRIO	6
DISTRIBUIÇÃO	10
LIGAÇÃO DE CONSUMIDORES	10
DESLIGAMENTOS	10
NÚMERO DE CONSUMIDORES	11
COMPORTAMENTO DO MERCADO	11
RECEITA	14
NÚMERO DE CONSUMIDORES	15
TARIFAS	15
TARIFA POR FAIXA DE CONSUMO	16
QUALIDADE DO FORNECIMENTO	16
DEC E FEC COOPERCOCAL 2019	16
ATENDIMENTO AO CONSUMIDOR	17
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	17
DISCAGEM DIRETA GRATUITA	17
AGENCIA VIRTUAL	18
APLICATIVO APP COOPERCOCAL	18
COOPERCOCAL SMS	18
WHATSAPP 48 999880009: NOVO MEIO DE COMUNICAÇÃO ENTRE OS ASSOCIADOS E A COOPERCOCAL	19
NOVOS NEGÓCIOS	19
PARTICIPAÇÕES DA COOPERCOCAL	19
DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO	21
SOBRAS	21
EBITDA OU LAJIDA	21
EVOLUÇÃO E PROJETOS DE INVESTIMENTO	22
COMPARATIVO DOS INVESTIMENTOS EM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA DISTRIBUIÇÃO	22
CAPTAÇÕES DE RECURSOS	23
POLÍTICA DE REINVESTIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DAS SOBRAS	23
COMPOSIÇÃO DO CAPITAL	23
COMPORTAMENTO DO PREÇO DAS COTAS PARTES	23
ATENDIMENTO AOS ASSOCIADOS	25
GESTÃO	27
ADMINISTRAÇÃO	27
PLANEJAMENTO EMPRESARIAL	27
GESTÃO PELA QUALIDADE TOTAL	27
RECURSOS HUMANOS	28
RESPONSABILIDADE SOCIAL	30
PERMISSIONÁRIAS EM NÚMEROS	31
AUDITORES INDEPENDENTES	33
AGRADECIMENTOS	33
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS	35
1 – CONTEXTO OPERACIONAL	43
2 – DAS PERMISSÕES	43
3 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	43
4 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	45
5 - CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	51
5.1 - CAIXA	51
5.2 – ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	51
6 - CONSUMIDORES	51
7 - CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS	52
7.1 - COMPOSIÇÃO DAS CONTAS A RECEBER COMERCIAL	52
8 - TRIBUTOS A COMPENSAR	53
8.1 - CIRCULANTE	53
8.2 - NÃO CIRCULANTE	53
9 – DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES	53
10 - ALMOXARIFADO OPERACIONAL	53
11 - DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	54
12 - OUTROS ATIVOS CIRCULANTES	54
13 - CONSUMIDORES	55
14 - OUTROS ATIVOS NÃO CIRCULANTES	55
15 - BENS E ATIVIDADES NÃO VINCULADAS À CONCESSÃO	56
16 – INTANGÍVEL	56
17 – FORNECEDORES	57
18 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS	57
19 – TRIBUTOS	57
20 – PROVISÃO PARA LITÍGIOS	57
20.1 – CIRCULANTE	57
20.2 – NÃO CIRCULANTE	58
20.3 – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIA	58
21 – ENCARGOS SETORIAIS	59
22 – PASSIVOS REGULATÓRIOS	59
23 – OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES	59

24 – OBRIGAÇÕES VINCULADAS A PERMISSÃO	60
25 – CAPITAL SOCIAL	60
26 – RESERVAS DE CAPITAL	60
27 – RESERVAS DE SOBRAS	61
28 – SOBRAS ACUMULADAS	61
29 – RECEITA OPERACIONAL	61
29.1 – FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA	61
29.2 – SERVIÇOS COBRÁVEIS	62
29.3 – DOAÇÕES, CONTRIBUIÇÕES E SUBVENÇÕES	62
29.4 – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	62
30 – (-) DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	62
30.1 - TRIBUTOS	62
30.2 – ENCARGOS DO CONSUMIDOR	63
31 – (-) CUSTO DA ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA	63
32 – CUSTO DE OPERAÇÃO	63
32.1 – PESSOAL E ADMINISTRADORES	63
32.2 – DEMAIS CUSTOS OPERACIONAIS	64
32.3 – GASTOS DIVERSOS	64
32.4 – OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	64
33 – RESULTADO FINANCEIRO	64
34 – RECONCILIAÇÃO DAS TAXAS EFETIVAS E NOMINAIS DA PROVISÃO PARA O IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	65
35 – PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS	65
36 – PLANO PREVIDENCIÁRIO E OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS	65
37 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	66
38 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS	66
39 – DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SEGREGADO POR ATIVIDADE	67
39.1 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES POR UNIDADE DE NEGÓCIO	69
39.1.1 – CONCILIAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO	69
40 - SEGUROS	70
41 – EVENTOS SUBSEQUENTES	70
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	72
NOTAS EXPLICATIVAS REGULATÓRIAS	78
1.SETOR ELÉTRICO NO BRASIL	78
2.BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	80
3.PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	81
4.CONSUMIDORES E PERMISSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS	84
5.IMOBILIZADO	86
6.ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS	91
7.EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	93
8.IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS	94
9.PROVISÕES PARA LITÍGIOS	95
10.OBRIGAÇÕES VINCULADAS À PERMISSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA	95
11.PATRIMÔNIO LÍQUIDO	97
12.RECEITA OPERACIONAL BRUTA	99
13.COMPRAS E VENDAS DE ENERGIA ELÉTRICA DE CURTO PRAZO NO ÂMBITO DA CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CCEE	99
14.PESSOAL E ADMINISTRADORES	100
15.RECONCILIAÇÃO DAS TAXAS EFETIVAS E NOMINAIS DA PROVISÃO PARA O IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	100
16.DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SEGREGADO POR ATIVIDADE	100
17.REVISÃO E REAJUSTE TARIFÁRIO	101
17.1.REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA	101
17.2.REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL	102
17.3.COMPOSIÇÃO DA BASE DE REMUNERAÇÃO REGULATÓRIA	102
17.4.CUSTO ANUAL DAS INSTALAÇÕES MÓVEIS E IMÓVEIS - CAIMI	104
17.5.AJUSTE DA PARCELA "B" EM FUNÇÃO DE INVESTIMENTOS REALIZADOS	104
17.6.RESUMO DA REVISÃO TARIFÁRIA (OU REAJUSTE TARIFÁRIO)	105
18.CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO	106
18.1.CONSUMIDORES	109
18.2.ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS	109
18.3.ATIVOS FINANCEIROS DA PERMISSÃO	109
18.4.IMOBILIZADO	109
18.4.1. REAVALIAÇÃO COMPULSÓRIA	109
18.4.2. DEPRECIÇÃO	109
18.5.INTANGÍVEL	110
18.5.1. REAVALIAÇÃO COMPULSÓRIA	110
18.5.2. DEPRECIÇÃO	110
18.6.OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA	110
18.6.1. REAVALIAÇÃO COMPULSÓRIA	110
18.6.2. AMORTIZAÇÃO	110
18.7.EFEITOS DE CONTABILIZAÇÃO DE CONTRATOS DE CONCESSÃO (ICPC 01)	110
18.7.1. ATIVO FINANCEIRO	110
18.7.2. ATIVO INTANGÍVEL	110
18.7.3. RECEITA E CUSTO DE CONSTRUÇÃO (RESULTADO)	111
18.7.4. REMUNERAÇÃO DO ATIVO FINANCEIRO (RESULTADO)	111
18.7.5. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS (RESULTADO)	111
18.8.CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SOCIETÁRIO E REGULATÓRIO	111
18.9.CONCILIAÇÃO DAS SOBRAS LÍQUIDAS SOCIETÁRIO E REGULATÓRIO	112
19.FORMAÇÃO BÁSICA DAS NOTAS EXPLICATIVAS	113
BALANÇO SOCIAL 2019	115

ESTENDENDO A TODOS OS BENEFÍCIOS DA ELETRICIDADE	115
PRESERVANDO E RESTAURANDO O MEIO AMBIENTE	116
REDE COMPACTA OU LINHA VERDE	116
FILANTROPIA E TRABALHO VOLUNTÁRIO	116
ACORDO COM INSTITUIÇÕES FILANTRÓPICAS	116
DOAÇÕES DO FATES	117
COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES – CIPA	117
SEGURANÇA NO TRABALHO	118
SEMANA INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES DE TRABALHO – SIPAT	118
INFORMANDO A COOPERAÇÃO A TODOS	118
SENHORES ASSOCIADOS	122
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	122
ATA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	124
PARECER DO CONSELHO FISCAL	129
EDITAL DE CONVOCAÇÃO	130
PARECER DA AUDITORIA – SOCIETÁRIA	131
PARECER DA AUDITORIA – REGULATÓRIA	133
PARTICIPAÇÕES	135

Relatório Anual do Conselho de Administração Regulatório

Senhoras e Senhores associados,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2019, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Cooperativa Energética Cocal - COOPERCOCAL para a sociedade, parceiros e associados.

MISSÃO

Garantir o comprometimento na distribuição de energia elétrica, excelência e responsabilidade na prestação de serviços, atendendo os interesses de nossos associados, atuando dentro dos princípios cooperativistas.

VISÃO

Ser reconhecida pela prestação dos melhores serviços de distribuição de energia elétrica, cooperando para o desenvolvimento na sua área de atuação.

PRINCÍPIOS E VALORES

- **Excelência:** Buscar a perfeição na distribuição dos serviços de energia elétrica;
- **Ética:** Profissionalismo com nossos colaboradores e associados;
- **Transparência:** Comprometimento e responsabilidade para com os colaboradores e associados;
- **Responsabilidade:** Comprometidos com a sociedade e com o meio ambiente em busca do desenvolvimento regional.

CARTA DO PRESIDENTE

Cenário

A Cooperativa Energética Cocal - COOPERCOCAL atua no segmento de distribuição e comercialização de energia elétrica, acumulando conhecimentos técnicos e gerenciais ao longo de seus 56 anos, fazendo-se possível sua adequação dentro das normas estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

O contrato de permissão para distribuição de energia elétrica nº034/2010-ANEEL, publicado em 10 de agosto de 2010, garante à continuidade da regulamentação da estabilidade de mercado em nossa área de atuação e a modicidade tarifária aos associados e consumidores.

O prazo de vigência do contrato de permissão é de 30 (trinta) anos, podendo ser prorrogado por igual período, a juízo do poder concedente, contado a partir da data de sua celebração.

As medidas gerenciais adotadas pela COOPERCOCAL vêm obtendo significativo reconhecimento público na manutenção e melhoria da qualidade de seus serviços bem como a cordialidade e comprometimento nas relações com os associados.

As práticas adotadas podem ser evidenciadas pelo alto índice de satisfação apresentados pelos consumidores nas últimas pesquisas realizadas pela ANEEL onde a COOPERCOCAL aparece entre as 3 primeiras colocadas.

Em 2019, o bom desempenho da economia na área de permissão teve um reflexo positivo sobre a demanda por energia elétrica, com destaque para o setor industrial com um incremento de 14,24% com relação à 2018. O consumo do setor comercial também foi representativo, atingindo o patamar de 8,54 GWh (8,03 GWh em 2018).

Somada, a demanda dos dois setores representa 35,96% de toda a energia comercializada pela cooperativa em 2019 (37,83% em 2018).

As tarifas praticadas pela COOPERCOCAL foram corrigidas pela resolução homologatória nº 2.609 publicada em 24 de setembro de 2019, entrando em vigor no período de 30 de setembro de 2019 a 29 de setembro de 2020.

O conselho de administração sempre comprometido com a gestão voltada para produzir benefícios aos associados decidiu aplicar um desconto de 4,17% a todos os associados e consumidores que integram o grupo “B” em suas diversas classes.

No âmbito comum, foram estendidas as atividades que buscam a melhoria das condições sociais, com as realizações de eventos visando beneficiar não somente os associados, mas a comunidade em geral.

Também foi realizada a divulgação das atividades sociais e regulatórias através de publicações periódicas, buscando transparecer as ações planejadas e executadas. De modo que, o planejamento é regularmente revisto, com intuito de melhorar o sistema elétrico e a gestão, bem como manter tarifas de fornecimento com preços acessíveis a associados e consumidores.

A manutenção preventiva continua tratada como principal prioridade na gestão e tem resultado em significativa melhora nos índices de qualidade e continuidade do fornecimento de energia.

Continuamos a entender que é do conhecimento geral que a energia distribuída com qualidade e em quantidade representa um marco importante ao desenvolvimento.

Nosso empenho continua voltado para obter simetrias que nos projete com destaque junto a pesquisa do IASC promovida anualmente pela ANEEL no qual buscamos manter nossa posição no ranking e olhar como compromisso a obtenção do 1º lugar.

A tecnologia da informação nos aproximou muito do associado consumidor apresentando soluções em tempo real o que prova nossa eficiência.

O desafio é distribuir energia minimizando impactos ambientais e sociais, comprometidos com a inovação tecnológica e modernas soluções

DISTRIBUIÇÃO **E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA**



DISTRIBUIÇÃO

A Coopercocal distribui energia elétrica no município de Cocal do Sul e em parte dos municípios de Urussanga, Criciúma, Pedras Grandes, Orleans, Morro da Fumaça, Lauro Muller, Siderópolis e Treviso, todos no Estado de Santa Catarina, atendendo 10.850 associados consumidores em sua área de permissão.

A administração tem como foco principal concentrar esforços para obter melhores condições de fornecimento, com tarifas reduzidas, de forma a promover o desenvolvimento econômico a todas as classes de consumo.

Ligação de consumidores

Foram realizadas, no ano de 2019, 556 ligações e religações de unidades consumidoras assim divididas: 324 residenciais, 72 comerciais, 138 industriais, 10 rurais, 10 poderes públicos, 2 serviços públicos.

Integram as novas ligações industriais diversas ligações temporárias para a construção civil.

Desligamentos

Foram realizados, no ano de 2019, 209 desligamentos com destaque para: 129 residenciais, 34 comerciais, 22 industriais, 12 rurais e 12 poderes públicos, solicitados pelos associados consumidores, por falta de pagamento ou realizados por eventuais irregularidades.

Número de consumidores

NÚMERO DE CONSUMIDORES					
CONSUMIDORES	2015	2016	2017	2018	2019
Residencial	7.434	7.533	7.743	7.860	7.989
Comercial	803	829	860	882	914
Industrial	342	350	353	387	391
Rural	1.316	1.343	1.368	1.384	1.400
Poderes Públicos	129	129	128	128	128
Iluminação Pública	8	9	9	9	9
Serviço Público	13	15	17	17	19
TOTAL	10.045	10.208	10.478	10.667	10.850
VARIAÇÃO	1,90%	1,62%	2,64%	1,80%	1,72%

Fonte: Departamento comercial – COOPERCOCAL, 2019.

Comportamento do mercado

A distribuição de energia da COOPERCOCAL no período de janeiro a dezembro de 2019 foi de 89,37 GWh (81,47 GWh em 2018). Os segmentos do mercado que mais contribuíram para esse resultado foram o industrial e rural. A classe industrial foi a que teve maior crescimento, com 14,24%, que se deve à ligação de empresa do segmento industrial da cerâmica. A classe rural apresentou aumento de 4,03%. A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

MERCADO ATENDIDO					
MERCADO ATENDIDO GWh	2015	2016	2017	2018	2019
ENERGIA FATURADA	68,10	72,20	78,12	81,47	89,37
Fornecimento	68,10	72,20	78,12	81,47	89,37
Residencial	17,81	18,82	19,10	19,53	20,47
Comercial	7,68	7,65	7,99	8,03	8,54
Industrial	32,26	34,96	39,91	42,62	48,69
Rural	5,25	5,38	5,53	5,71	5,94
Poderes Públicos	0,71	0,77	0,78	0,79	0,84
Iluminação Pública	3,64	3,78	3,90	4,04	4,02
Serviço Público	0,75	0,84	0,91	0,75	0,87
Suprimento p/ agentes de distribuição					
USO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO	-	-	10,59	10,77	6,91
Consumidores Livres/Dist./Ger.			10,59	10,77	6,91
Consumidores Rede Básica					
TOTAL	68,10	72,20	88,71	92,24	96,28
VARIAÇÃO	18,91%	6,02%	22,87%	3,98%	4,38%

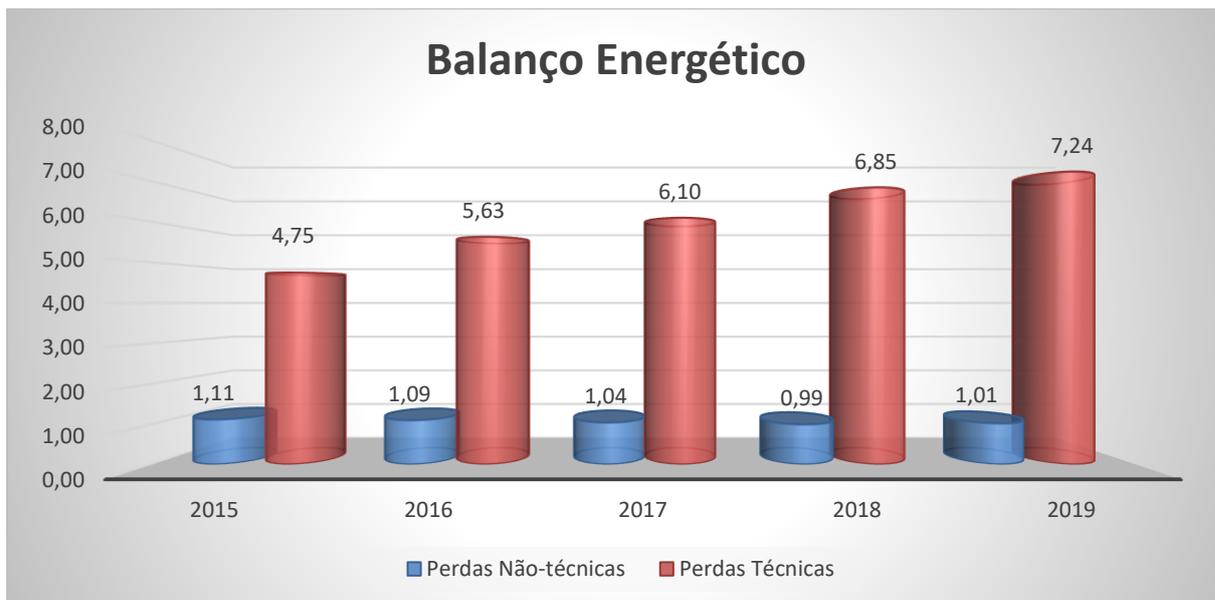
Fonte: Departamento comercial – COOPERCOCAL, 2019.

A Coopercocal atende somente um consumidor livre que tem sua energia contratada compensada na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) pela supridora CELESC Distribuição S/A.

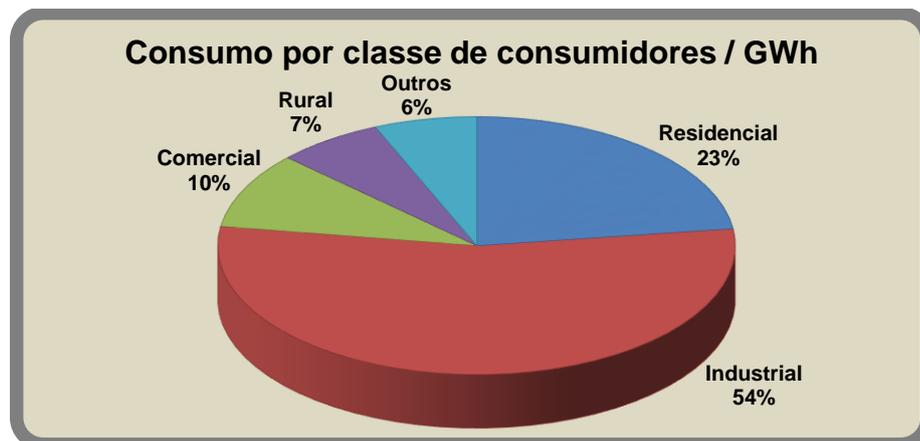
As perdas totais de energia sobre a energia requerida apresentaram um aumento de 5,60% em 2019 para 2018. Este aumento é resultado do crescimento de mercado, juntamente com o crescimento vegetativo regional que trouxe a necessidade de expansão das redes e instalações de novos equipamentos transformadores. É importante ressaltar que percentualmente ocorreu redução de perdas sobre a energia adquirida de 3,35%.

Balanco Energético					
ENERGIA REQUERIDA	2015	2016	2017	2018	2019
Venda de Energia	68,10	72,20	78,12	81,47	89,37
Fornecimento	68,10	72,20	78,12	81,47	89,37
Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Mercado Atendido	68,10	72,20	78,12	81,47	89,37
Perdas na Rede Básica	-	-	-	-	-
Perdas na Distribuição	4,74	5,63	6,10	6,85	7,24
Perdas Técnicas	3,93	4,78	5,23	5,98	6,26
Perdas não Técnicas - PNT	0,81	0,85	0,87	0,87	0,98
PNT / Energia Requerida %	1,11	1,09	1,04	0,99	1,01
Perdas Totais - PT	4,74	5,63	6,10	6,85	7,24
PT / Energia Requerida %	6,51	7,23	7,24	7,75	7,49
TOTAL	72,84	77,83	84,22	88,32	96,61

Fonte: Departamento Comercial / Técnico – COOPERCOCAL, 2019.



Fonte: Departamento Comercial / Técnico – COOPERCOCAL, 2019.



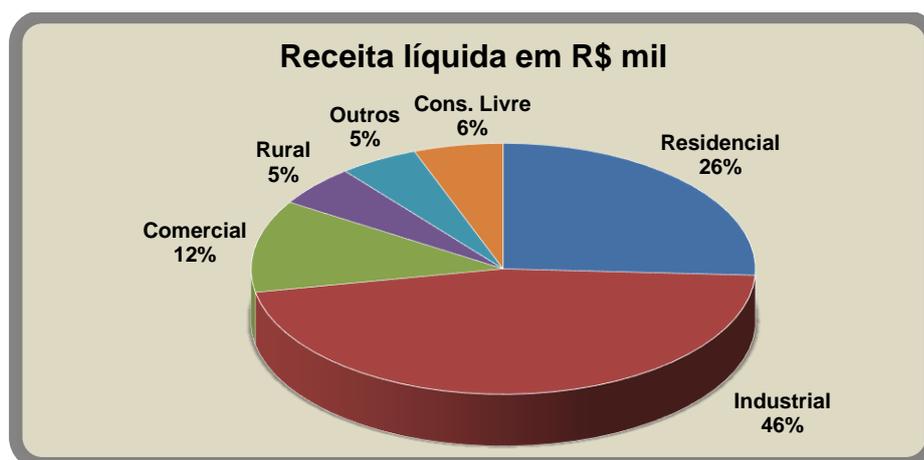
Fonte: Departamento Comercial – COOPERCOCAL, 2019.

Receita

A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$ 30.893 mil, conforme quadro a seguir:

Receita líquida em R\$ mil			
Classe	2019	2018	%
Residencial	10.650	9.162	16,25
Industrial	19.061	19.573	(2,62)
Comercial	4.905	4.141	18,45
Rural	2.186	1.892	15,54
Outros	2.095	1.900	10,26
Cons. Livre (Industrial)	2.366	2.133	10,92
Subtotal	41.263	38.801	6,35
(-) ICMS	10.370	9.346	10,96
Total	30.893	29.455	4,88

Fonte: Departamento Comercial – COOPERCOCAL, 2019.



Fonte: Departamento comercial – COOPERCOCAL, 2019.

Número de consumidores

O número de consumidores faturados em dezembro de 2019 apresentou um crescimento de 1,72% sobre o ano anterior, demonstrado no quadro a seguir:

Número de consumidores			
Classe	2019	2018	%
Residencial	7.989	7.860	1,64
Industrial	391	387	1,03
Comercial	914	882	3,63
Rural	1.400	1.384	1,16
Outros	156	154	1,30
Total	10.850	10.667	1,72

Fonte: Departamento Engenharia/Faturamento – COOPERCOCAL, 2019.

Tarifas

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2019 atingiu R\$ 364,15 MWh.

Classe	2019	2018	%
Residencial	429,26	387,85	10,68
Industrial	342,01	345,56	(1,03)
Comercial	432,74	388,06	11,51
Rural	307,32	277,05	10,93
Outros	276,57	252,87	9,37
Média	364,15	349,06	4,32

Fonte: Departamento Engenharia/Faturamento – COOPERCOCAL, 2019.

Tarifa por faixa de consumo

	<u>Residencial</u>	<u>Comercial</u>	<u>Industrial</u>	<u>Rural</u>	<u>Outros</u>
Impostos					
PIS	-	-	-	-	-
COFINS	-	-	-	-	-
ICMS	89,52	110,76	138,79	58,64	85,77
Taxas					
Fiscalização	0,78	0,78	0,78	0,78	0,78
CDE	37,94	37,94	37,94	37,94	37,94
Custo da energia comprada para revenda	125,88	125,88	125,88	125,88	125,88
Encargos de uso da rede elétrica	27,01	27,01	27,01	27,01	27,01
Despesas de pessoal	81,29	81,29	81,29	81,29	81,29
Outras despesas operacionais	188,32	199,59	172,29	83,07	148,56
Tarifa bruta da permissionária (*)	550,74	583,26	583,98	414,62	507,23
Resultado médio	520,4	453,09	574,66	367,99	365,01

(*) representa a equivalência em relação à tarifa, que gera recursos para suprir as demais despesas operacionais (pessoal, depreciação, serviços etc.).

Qualidade do fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são, o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

DEC e FEC COOPERCOCAL 2019

Conjunto Coopercoval	2015	2016	2017	2018	2019
DEC (horas)	15,87	12,18	7,20	9,47	5,10
FEC (interrupções)	10,79	6,23	7,84	5,75	4,16
TMD (minutos)	16,65	13,63	15,13	17,18	15,44
TMA (minutos)	39,22	56,19	31,52	37,57	35,02

A COOPERCOCAL atendendo a determinação da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica utiliza apenas 01 conjuntos, denominado Conjunto COOPERCOCAL.

Atendimento ao consumidor

A Coopercocal coloca à disposição de seus associados e consumidores serviços de atendimento ao consumidor instalado na sede administrativa, localizado a Av. Dr. Polydoro Santiago, nº 555, Centro município de Cocal do Sul/SC e um posto de atendimento avançado localizado na Avenida Presidente Vargas, nº 116, município Urussanga/SC. Alguns serviços de atendimento também são disponíveis através do DDG (Discagem Direta Gratuita) pelo telefone 0800 48 7019 e (48) 3447 7000, com atendimento 24 horas.

Tecnologia da informação

Uma cooperativa distribuidora de energia elétrica, para o desenvolvimento de seus negócios, depende de soluções adequadas de tecnologia da informação, a qual suporta tudo o que a cooperativa faz, mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Assim, a Coopercocal disponibiliza canais de relacionamento com o consumidor eficiente e facilitando o acesso aos serviços e comunicação. Estão disponíveis:

Discagem direta gratuita

A Coopercocal oferece serviço gratuitamente de tele atendimento aos seus associados e consumidores através da discagem direta gratuita (DDG) número 0800 487019. Essa ligação pode provir de qualquer operadora de serviço fixo ou móvel e está disponível 24 (vinte e quatro) horas. Ligando 0800 487019 você poderá solicitar serviços emergenciais, serviços gerais, informações, sugestões e reclamações.

Agencia virtual

Através da agência virtual com o endereço

<http://agencia.coopercocal.com.br/agenciavirtual> ou www.coopercocal.com.br, ao clicar no ícone agência virtual, o associado consumidor pode solicitar segunda via fatura, comprovante de residência, histórico de consumo, débitos, solicitação de serviços, comunicado de falta de energia, consultar e alterar dados cadastrais e se comunicar com a Coopercocal com um resultado rápido, prático e seguro.

No site também é possível saber toda estrutura da Coopercocal: história, estatísticas, prestação de contas, notícias, eventos e outros.

Aplicativo APP Coopercocal

O aplicativo Coopercocal oferece praticidade ao consumidor para acessar detalhes sobre a sua fatura, comunicar falta de energia de um jeito mais rápido, com seu smartphone ou tablet.

Ao acessar o aplicativo da Coopercocal com o número da UC (unidade consumidora) e número de CPF do titular, você terá disponíveis inúmeras informações. O aplicativo da Coopercocal é gratuito e está disponível para Android e IOS.

Coopercocal SMS

Facilitar o dia a dia do consumidor e agilizar ainda mais a comunicação, a Coopercocal possui sistema de **SMS** (torpedo).

Através do número 28908, o associado poderá sem custos solicitar contas em aberto, código de barras para pagamento de fatura, bem como, informar falta de energia em sua residência. O associado receberá informações como desligamentos programados, faltas de energia, fatura vencida, entre outras informações.

O **SMS** é mais uma forma de contato direto, personalizado e interativo com envio de informações que fortalece nossa comunicação.

WhatsApp 48 999880009: Novo meio de comunicação entre os associados e a Coopercocal

Para facilitar ainda mais a comunicação entre a Coopercocal e os associados e consumidores, a cooperativa conta agora com WhatsApp **48 999880009**. Basta informar o número da unidade consumidora (UC) e avisar que está com falta de energia.

Esta medida foi tomada para agilizar a comunicação dos consumidores com a Coopercocal, principalmente no verão, onde acontece os maiores índices de falta de energia ocasionadas pelas tempestades.

Maiores informações sobre nossos canais de atendimento você poderá obter através DDG 0800 487019 (ligação gratuita), ou nos postos de atendimento.

Novos negócios

No atual ambiente empresarial e de mercado em que a permissionária opera, é fundamental assegurar qualidade e continuidade, assim como o atendimento de novas necessidades dos consumidores.

A cooperativa mantém a estratégia de, mediante parcerias, reduzir custos, aumentar sua capacidade de investimento e, ao mesmo tempo, oferecer aos seus consumidores mais alternativas de produtos e serviços.

Buscamos notadamente nas áreas em que é possível obter sinergias operacionais com os ativos ou com o acervo de conhecimentos da cooperativa tornando isto uma ferramenta de progresso.

Participações da COOPERCOCAL:

Empresas	Investimento	Negócio
Sicoob Credisulca SC	20	Banco Cooperativista
Total	20	

Fonte: Departamento de Contabilidade – COOPERCOCAL, 2019.



DESEMPENHO **ECONÔMICO/FINANCEIRO**

DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

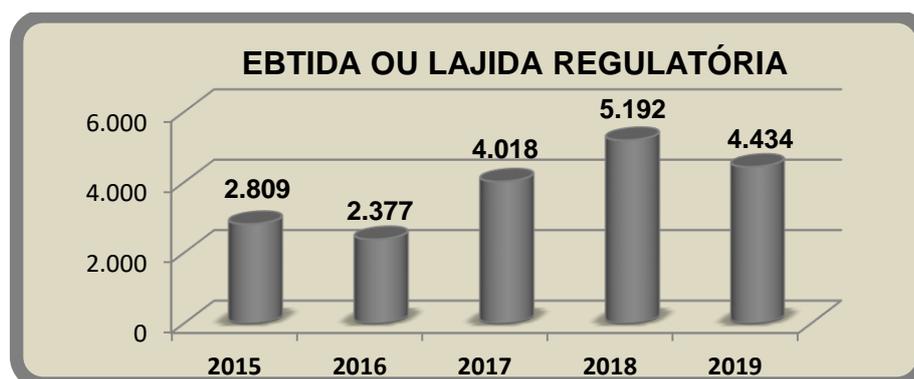
Sobras

Em 2019, a sobra líquida foi de R\$ 2.835 mil, contra R\$ 3,664 mil em 2018, uma redução de 22,63%. A receita operacional líquida atingiu R\$ 33,291 mil, enquanto em 2018 situou-se em R\$ 30.034 mil. Esse aumento de 10,84% resulta do significativo aumento das tarifas médias de fornecimento e crescimento de mercado.

As despesas operacionais totalizaram em 2019 R\$ 31.711 mil, 17,25% superiores em relação à 2018, destacando-se os custos com: aquisição de energia que foram superiores em 16,91% e o total de outras despesas operacionais tiveram um crescimento de 42,97 % no ano. A rentabilidade do patrimônio líquido do exercício foi de 8,45% contra 11,82% em 2018.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 4.434 mil, inferior em 14,60% a 2018, que foi de R\$ 5.192 mil, conforme evolução abaixo:

EBITDA OU LAJIDA



Fonte: Departamento de contabilidade – COOPERCOCAL, 2019.

Evolução e projetos de investimento

Em 2019, os valores contemplados com adições brutas da cooperativa em máquinas e equipamentos, importaram em R\$ 3.614 mil, 1,12% inferiores em relação a 2018. Para esta mesma rubrica nos próximos 5 (cinco) anos, a Permissionária estima um investimento total de R\$ 19.826 mil.

EVOLUÇÃO E PROJEÇÃO DOS INVESTIMENTOS								
Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	R\$ Mil Nominais			R\$ Mil em moeda constante de 31/12/2019				
	2017R	2018R	2019R	2020P	2021P	2022P	2023P	2024P
AIS Bruto	4.479	3.655	3.614	1.790	14.562	1.109	1.157	1.208
Transformador de Distribuição	358	298	287	36	37	38	40	42
Medidor	126	149	136	95	95	102	109	117
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	590	932	988	132	138	144	151	159
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	1.248	2.180	2.128	1.212	776	807	840	873
Redes Alta Tensão (69 kV)								
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)								
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)					13.500			
Subestações Média Tensão (primário de 30 kV a 44 kV)								
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	2.065	4						
Subestações Alta Tensão (primário de 88 kV a 138 kV)								
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)								
Demais Máquinas e Equipamentos	92	91	75	317	16	17	17	18
Obrigações Especiais do AIS Bruto	(384)	(147)	(35)					
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	(384)	(147)	(35)					
Outros								
Originadas da Receita								
Ultrapassagem de demanda								
Excedente de reativos								
Diferença das perdas regulatórias								
Outros								
Outros								

Fonte: Departamento de Contabilidade/Técnico – COOPERCOCAL, 2019.

Comparativo dos Investimentos em Máquinas e Equipamentos da Distribuição

COMPARATIVO DOS INVESTIMENTOS EM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA DISTRIBUIÇÃO						
	2019 R	2020 P	2021 P	2022 P	2023 P	2024 P
R\$ Mil	3.614	1.790	14.562	1.109	1.157	1.208
Plano de Investimentos 2020						
R\$ Mil	2.111	1.599	1.667	1.738	1.812	
Plano de Investimentos 2019						
Diferença	71%	12%	774%	-36%	-36%	

Fonte: Departamento Contabilidade/Técnico – COOPERCOCAL, 2019.

Captações de recursos

Para viabilizar o programa de investimentos a cooperativa utilizou recursos próprios resultantes de sobras dos exercícios quotas de reintegração e fundos estatutários.

Política de reinvestimento e distribuição das sobras

Aos associados é garantido estatutariamente as sobras do exercício, ajustado de conformidade com a legislação societária vigente.

Além disso, a Outorgada constituiu reserva legal de 10% da sobra líquido do exercício em um fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição de 50% para cumprir os investimentos necessários ao cumprimento da universalização do serviço.

Composição do capital

Em 31 de dezembro de 2019 o capital social da cooperativa era de R\$ 3.250 mil, sendo compostas por 3.249.837 quotas-parte com valor nominal de R\$ 1,00 real cada.

Comportamento do preço das cotas partes

As quotas-parte permanecem com os preços previstos no Capítulo V, Do Capital Social, Art. 19º do estatuto social.

RELAÇÃO COM ASSOCIADOS

Atendimento aos associados

Coerente com a filosofia de postar-se diante do mercado como uma empresa transparente, moderna e aberta, a cooperativa coloca à disposição dos seus associados, a Central de Atendimento aos Associados, instalada na sua Sede Social, sito Avenida Dr. Polydoro Santiago, nº 555 – Centro – Cocal do Sul/SC, posto de atendimento localizado na Avenida Presidente Vargas, nº 116 – Centro – Urussanga/SC e COD (Centro de Operação e Distribuição), com plantão 24 horas na Rua Elias Rosso, nº 608 – Bairro Boa Vista - Cocal do Sul/SC.

Os mesmos serviços estão disponíveis também por telefone (48) 3447-7000, ligações pelo sistema DDG (Discagem Direta Gratuita) por meio do número 0800 48 7019 e através do site www.coopercocal.com.br.

GESTÃO

GESTÃO

Administração

No início do ano 2019, a assembleia geral dos associados aprovou o plano de investimentos para o ano corrente, mostrando que as tarifas cobradas espelham com fidelidade toda a cadeia de custos.

Planejamento empresarial

A cooperativa vem obtendo êxito na adaptação às mudanças aceleradas no setor elétrico, se deve em grande parte, a qualidade de seu planejamento empresarial envolvendo a constante avaliação dos fatores internos e externos que influenciam o desenvolvimento empresarial e a consequente adequação dos objetivos estratégicos, visando aprimorar a gestão a atingir as metas e resultados propostos.

A estratégia da Coopercocal tem sido a de focar na maximização da qualidade, na rentabilidade dos serviços prestados e na preservação do equilíbrio econômico-financeiro da permissão, de forma sustentável, visando atingir a satisfação dos associados, consumidores, colaboradores e fornecedores, enfim, a todos que fazem parte da gestão do negócio.

O grande desafio será a implantação de redes de transmissão visando a garantia de sustentabilidade ao crescimento de consumo dos próximos 20 anos.

Gestão pela qualidade total

Em 2019, as atividades relacionadas com a Gestão pela Qualidade foram mantidas.

Recursos humanos

Em 2019 a cooperativa investiu R\$ 45 mil em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados, sendo reembolsado o valor de 32 mil pelo sistema SESCOOP, de modo a manter a cooperativa integrada na evolução nas áreas tecnológica e gerencial e, oferecer aos empregados, oportunidade de desenvolvimento.

A Coopercocal mantém um programa de treinamento intenso de qualificação a seus colaboradores, com foco na segurança do trabalho, índice zero de acidentes, trabalho em equipe, reciclagem além da ampliação de novos conhecimentos. Treinar pessoas é sinônimo de bom atendimento e qualidade nos serviços.

Segue relação dos treinamentos realizados em 2019:

- ✓ NR05 Cipeiros
- ✓ SIPAT
- ✓ Trabalho em Altura
- ✓ Reciclagem NR10
- ✓ Reciclagem Operador de Guindalto
- ✓ Atendimento ao Público
- ✓ Energia Solar – Microgeração
- ✓ NR10 Complementar (SEP)
- ✓ Resolução Normativa 414
- ✓ Corel Draw Photoshop
- ✓ CINASE (Congresso e Exposição) Setor Elétrico
- ✓ Manuseio e Utilização do Equipamento Termo visor
- ✓ Analista Contábil
- ✓ Analista de Crédito e Cobrança
- ✓ ATL – Treinamento Vivencial

A fim de estimular os colaboradores e preocupada com a saúde e bem-estar dos mesmos a Coopercocal concede aos seus empregados os benefícios descritos abaixo:

Bolsa de Estudos - Além dos treinamentos recebidos na empresa a cooperativa também fornece bolsa de estudos a seus colaboradores nos cursos de ensino médio, cursos técnicos, ensino superior e especializações. Os colaboradores também são beneficiados com o auxílio educação do SESCOOP (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo).

Plano de saúde – Ao colaborador é concedido sem custo de mensalidade plano de saúde Unimed Uniflex com 50% de coparticipação, onde a empresa beneficia em 100% o valor da mensalidade. Para os dependentes o valor da mensalidade é dividido entre a cooperativa e o colaborador.

Convênio com academia - Pensando no bem-estar dos colaboradores, a cooperativa incentiva a atividade física. A mesma traz benefícios à saúde dos colaboradores, com reflexo na melhoria do humor e pode reduzir traços de ansiedade. Pessoas saudáveis e bem-dispostas dedicam-se mais ao trabalho, ausentam-se menos de seus setores, respondendo com maior desempenho na equipe.

Convênio Odontológico – A empresa possui convênio odontológico com a OdontoPrév sem custo para o colaborador.

Ginástica Laboral – A Coopercocal oferece ginástica laboral uma vez por semana a seus colaboradores. Dentre os benefícios à saúde do trabalhador, a prática da ginástica laboral melhora a condição física e psicológica do trabalhador; favorece a integração (quando praticada em grupo) dos trabalhadores, melhorando a participação e produção em equipe; corrige vícios posturais; melhora a disposição ao trabalho; reduz patologias e casos de Ler/Dort (Lesões por Esforços Repetitivos /Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho) e diminui os níveis de estresse e tensão geral.

Vacina da gripe – A cooperativa disponibiliza a vacina contra a gripe (H1N1) gratuitamente a todos os colaboradores. A imunização apresenta benefícios não só para os funcionários, mas para a empresa também. A gripe é uma doença infecciosa e transmissível e a vacina ajuda a diminuir os casos no inverno, prevenindo complicações.

Seguro de vida – Desde o momento da contratação, o colaborador é contemplado com uma apólice de seguro de vida. Do ponto de vista da cooperativa, oferecer um seguro de vida a seus colaboradores representa um benefício que proporciona tranquilidade quanto a segurança do colaborador e de seus familiares.

Convênio para saúde ocupacional e segurança no trabalho – Empresa terceirizada a fim de realizar a elaboração dos laudos técnicos e exames periódicos

Vale Alimentação – A cooperativa fornece cartão vale alimentação em valor definido anualmente na convenção coletiva de trabalho.

Uniforme a todos os seus colaboradores – É disponibilizado, gratuitamente aos colaboradores uniformes com a logomarca da empresa, sendo um diferencial para a identificação dos colaboradores.

Responsabilidade social

A prioridade gerencial da cooperativa é continuar a cumprir seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade.

O detalhamento destas atividades e projetos está sendo apresentado no balanço social da cooperativa.

Permissionárias em números

Atendimento	2019	2018	%
Número de consumidores	10.850	10.667	1,72
Número de empregados	74	74	-
Número de consumidores por empregado	147	144	2,04
Número de localidades atendidas	09	09	-
Número de agências	01	01	-
Número de postos de atendimento	01	01	-
Número de postos de arrecadação	-	-	-

Mercado	2019	2018	%
Área de permissão (Km ²)	242	242	-
Geração própria (GWh)	-	-	-
Demanda máxima (MWh)	20,79	19,13	8,68
Suprimento (compra) (MWh)	96.607	88.324	9,38
Distribuição direta (MWh)	89.371	81.472	9,70
Consumo residencial médio (MWh/ano)	1.705	1.627	4,79
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	364,15	349,06	4,32
Total (exceto curto prazo)			
Residencial	429,26	387,85	10,68
Industrial	342,01	345,56	(1,03)
Comercial	432,74	388,06	11,51
Rural	307,32	277,05	10,93
Outros	276,57	257,72	7,31
DEC (horas) – Conjunto – Cocal do Sul	5,10	9,47	(46,15)
FEC (nº de interrupções) – Conjunto – Cocal do Sul	4,16	5,75	(27,65)
População atendida - Urbana (em milhares de habitantes)	30,05	29,66	1,31
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	2,60	2,55	1,96
Número de reclamações por 10.000 consumidores	0,08	0,04	100,00

Operacionais	2019	2018	%
Número de usinas em operação	-	-	-
Número de subestações	01	01	-
Linhas de distribuição	727	711	2,25
Número de transformadores	934	920	1,52
Número de postes	10.980	10.745	2,19
Capacidade instalada (MVA)	63,14	62,75	0,62

Financeiros	2019	2018	%
Receita operacional bruta (R\$ mil)	48.405	43.780	10,56
Receita operacional líquida (R\$ mil)	33.291	30.034	10,84
Margem operacional do serviço líquida (%)	5,86	8,37	(29,99)
EBITDA OU LAJIDA	4.434	5.192	(14,60)
Sobras líquidas (R\$ mil)	2.835	3.664	(22,63)

Operacionais	2019	2018	%
Sobras líquidas por lote de mil ações	872	1.137	(23,31)
Patrimônio líquido (R\$ mil)	33.533	30.998	8,18
Valor patrimonial por lote de mil ações	01	01	-
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	8,45	11,82	(28,51)
Endividamento do patrimônio líquido (%)			
Em moeda nacional (%)	25,53	25,47	0,25
Em moeda estrangeira (%)	-	-	
Indicadores de performance			
Salário Médio dos Funcionários	3,57	3,19	11,91
Energia Comprada por Funcionário	1.306	1.194	9,38
Energia Comprada por Consumidor	8,90	8,28	7,53
Retorno de ativos por unidade (%)	6,73	9,42	(28,56)

AUDITORES INDEPENDENTES

A Audiconsult Auditores S/S – São José/SC prestou os serviços de auditoria externa relativa às demonstrações financeiras do exercício de 2019.

AGRADECIMENTOS

Ao conselho de administração e conselho fiscal, que novamente se mantiveram unidos nas decisões de interesse da COOPERCOCAL.

Ao quadro funcional, que com empenho e dedicação conseguiu executar as atividades inerentes ao bom desempenho do serviço de distribuição de energia elétrica em nossa área de permissão.

A outros que indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da permissionária.

Ao associado consumidor que participou de todas as atividades da permissionária expressando confiança na luta de consolidação do ideal cooperativo.

Cocal do Sul - SC, 18 de julho de 2020.

Altair Lorival de Mélo
Presidente

Nadia Guollo Bortolatto
Secretária

DEMONSTRAÇÕES

CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS

136 Kg

Isolado

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS

BALANÇO PATRIMONIAL
COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL
CNPJ 86.532.348/0001-45
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos milhares de reais)

ATIVO	Notas	Legislação societária	
		2019	2018
Circulante		8.098	7.960
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.354	2.397
Consumidores	7	6.428	4.970
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	(427)	(287)
Tributos compensáveis	8.1	53	109
Depósitos judiciais e cauções	9	58	18
Almoxarifado operacional	10	139	191
Despesas pagas antecipadamente	11	19	12
Outros ativos circulantes	12	474	550
Não circulante		31.124	27.608
Consumidores	13	217	186
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	13	(192)	-
Tributos compensáveis	8.2	62	67
Outros ativos não circulantes	14	3.500	2.556
Bens e atividades não vinculadas à concessão	15	2.064	1.395
Intangível	16	25.473	23.404
TOTAL DO ATIVO		39.222	35.568

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Altair Lorival de Mélo
Presidente
CPF 344.212.629-00

Diogo de Fáveri Ramos
Contador
CRC/SC 033492/O-6

BALANÇO PATRIMONIAL
COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL
CNPJ 86.532.348/0001-45
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos milhares de reais)

PASSIVO	Notas	Legislação societária	
		2019	2018
Circulante		5.534	4.836
Fornecedores	17	1.619	1.407
Obrigações sociais e trabalhistas	18	1.009	888
Tributos	19	1.131	769
Provisão para litígios	20.1	566	796
Encargos setoriais	21	30	461
Passivos regulatórios	22	1.051	269
Outros passivos circulantes	23	128	246
Não Circulante		3.027	3.058
Provisão para litígios	20.2	1.605	1.605
Obrigações vinculadas a permissão	24	1.422	1.453
Patrimônio líquido		30.661	27.674
Capital social	25	3.250	3.222
Reserva de capital	26	27	27
Reserva de sobras	27	26.299	23.042
Sobras a disposição da AGO	28	1.085	1.383
TOTAL DO PASSIVO		39.222	35.568

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Altair Lorival de Mélo
Presidente
CPF 344.212.629-00

Diogo de Fáveri Ramos
Contador
CRC/SC 033492/O-6

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS E PERDAS
COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL
CNPJ 86.532.348/0001-45
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos milhares de reais)

	Notas	Legislação societária	
		2019	2018
Ingresso/Receita operacional	29	53.729	48.319
Fornecimento de energia elétrica	29.1	44.393	39.816
Serviços cobráveis	29.2	16	17
Doações, contribuições e subvenções	29.3	3.996	3.947
Outras receitas operacionais	29.4	5.324	4.539
(-) Deduções da receita operacional	30	15.114	13.746
ICMS	30.1	10.370	9.346
Encargos do consumidor	30.2	4.744	4.400
(=) Ingresso/Receita operacional líquida		38.615	34.573
(-) Custo do serviço de energia elétrica		35.876	30.799
Custo da energia comprada	31	18.131	15.508
Energia elétrica comprada para revenda		11.251	8.899
Encargo de uso do sistema de distribuição		6.043	5.717
Proinfa		837	892
Custo de operação	32	17.745	15.291
Pessoal e administradores	32.1	7.265	6.286
Material	32.2	1.517	1.431
Serviços de terceiros	32.2	1.625	1.333
Arrendamentos e aluguéis	32.2	2	2
Seguros	32.2	49	42
Provisões	32.2	395	222
Tributos	32.2	55	31
Amortização	32.2	1.306	1.203
Gastos diversos	32.3	4.809	4.236
Outras despesas operacionais	32.4	722	505
(=) Resultado da Atividade		2.739	3.774
(+/-) Resultado financeiro	33	361	177
Receitas financeiras		388	215
Despesas financeiras		(27)	(38)
(=) Sobras antes da contribuição social e imposto de renda		3.100	3.951
(-) Contribuição social		-	-
(-) Imposto de renda		-	-
(=) Sobras líquidas do exercício		3.100	3.951
Fundo de Reserva - Art. 55 - Estatuto Social - 10%		(310)	(395)
RATES - Art. 56 - Estatuto Social - 5%		(155)	(197)
Fundo Expansão e Manut. Serv. Distrib. - Art. 57 - Estatuto Social - 50%		(1.550)	(1.976)
(=) SOBRA ABRANGENTE ATRIBUÍVEL AOS ASSOCIADOS NA AGO		1.085	1.383

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Altair Lorival de Mélo
Presidente
CPF 344.212.629-00

Diogo de Fáveri Ramos
Contador
CRC/SC 033492/O-6

37

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL
CNPJ 86.532.348/0001-45
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos milhares de reais)

	Legislação societária							Total
	Capital Social	Reserva de capital	Reservas de Sobras			Fundo de expansão manut. Serv. de distrib.	Sobras a disposição da AGO	
			Fundo de reserva legal	FATES	Fundo de apoio II. pública			
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3.200	27	9.208	831	752	8.569	982	23.569
Integralização de quotas	26	-	-	-	-	-	-	26
Devolução de quotas	(4)	-	-	-	-	-	-	(4)
Realização de reservas/fundos	-	-	-	(128)	-	-	(982)	(1.110)
Sobras do exercício	-	-	-	-	-	-	3.951	3.951
Destinação Estatutária:								
Fundo de reserva legal	-	-	395	-	-	-	(395)	-
FATES	-	-	-	458	-	-	(197)	261
Fundo exp. e manut. serv. distrib.	-	-	-	-	-	2.957	(1.976)	981
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.222	27	9.603	1.161	752	11.526	1.383	27.674
Integralização de quotas	34	-	-	-	-	-	-	34
Devolução de quotas	(6)	-	-	-	-	-	-	(6)
Realização de reservas/fundos	-	-	-	(209)	-	-	(1.383)	(1.592)
Sobras do exercício	-	-	-	-	-	-	3.100	3.100
Destinação Estatutária:								
Fundo de reserva legal	-	-	310	-	-	-	(310)	-
FATES	-	-	-	222	-	-	(155)	67
Fundo exp. e manut. serv. distrib.	-	-	-	-	-	2.934	(1.550)	1.384
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.250	27	9.913	1.174	752	14.460	1.085	30.661

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Altair Lorival de Mélo
Presidente
CPF 344.212.629-00

Diogo de Fáveri Ramos
Contador
CRC/SC 033492/O-6

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL
CNPJ 86.532.348/0001-45
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos milhares de reais)

	Legislação societária	
	2019	2018
Receitas	53.334	48.098
Venda de energia e serviços	44.409	39.834
Doações, contribuições e subvenções	3.996	3.947
Outras receitas	5.324	4.539
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(395)	(222)
(-) Insumos adquiridos de terceiros	31.598	27.458
Insumos consumidos	22.875	19.908
Materiais e serviços de terceiros	3.142	2.764
Outros	5.581	4.786
(=) Valor adicionado bruto	21.736	20.640
(-) Quotas de reintegração	1.306	1.203
Depreciação, amortização e exaustão	1.306	1.203
(=) Valor adicionado líquido produzido pela entidade	20.430	19.437
(+) Valor adicionado recebido em transferência	388	215
Receitas financeiras	388	215
(=) Valor adicionado total a distribuir	20.818	19.652
Distribuição do valor adicionado	20.818	19.652
Pessoal	5.930	5.178
Remuneração direta	4.781	4.258
Encargos sociais (FGTS/PIS)	181	181
Assistência médica/plano de saúde	263	218
Outros	705	521
Governo	11.761	10.485
Federais	1.336	1.108
INSS (sobre folha de pagamento)	1.336	1.108
Estaduais	10.422	9.374
ICMS	10.370	9.346
IPVA	28	24
Outros	24	4
Municipais	3	3
IPTU	3	3
Financiadores	27	38
Despesas financeiras	27	38
Remuneração de capitais próprios	3.100	3.951
Sobras do exercício	3.100	3.951
Valor adicionado (médio) por empregado	281	269

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Altair Lorival de Mélo
 Presidente
 CPF 344.212.629-00

Diogo de Fáveri Ramos
 Contador
 CRC/SC 033492/O-6

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL
CNPJ 86.532.348/0001-45
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos milhares de reais)

	Legislação societária	
	2019	2018
Atividades operacionais		
Sobra líquida do exercício	3.100	3.951
Ajuste ao resultado líquido	1.109	920
Depreciação e amortização	968	911
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	141	9
Resultado ajustado do exercício	4.209	4.871
Variações no ativo circulante	(1.322)	(341)
Consumidores	(1.458)	(270)
Serviços em curso	-	-
Tributos compensáveis	55	18
Depósitos judiciais e cauções	(40)	-
Amoxarifado operacional	52	3
Despesas antecipadas	(7)	1
Outros ativos circulantes	76	(93)
Variações no passivo circulante	698	326
Fornecedores	212	226
Empréstimo, financiamentos	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas	121	91
Tributos	362	577
Provisões para litígios	(230)	212
Encargos setoriais	(431)	432
Passivos regulatórios	782	(618)
Outros passivos circulantes	(118)	(594)
Variações no ativo não circulante	(779)	(722)
Consumidores	161	(126)
Tributos compensáveis	4	60
Outros ativos não circulantes	(944)	(656)
Variações no passivo não circulante	(30)	(635)
Obrigações vinculadas a permissão	(30)	(635)
Total das atividades operacionais	2.776	3.499
Atividades de investimento		
Aumento de investimento	(668)	(139)
Pagamento pela compra de bens para imobilizado	(3.037)	(2.644)
Total das atividades de investimento	(3.705)	(2.783)
Atividades de financiamento		
Utilização das reservas	(142)	132
Capital a integralizar	28	22
Total das atividades de financiamento	(114)	154
Total dos efeitos no caixa e equivalente de caixa	(1.043)	870
Saldo inicial de caixa	2.397	1.527
Saldo final de caixa	1.354	2.397
Variação do caixa e equivalente de caixa	(1.043)	870

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Altair Lorival de Mélo
Presidente
CPF 344.212.629-00

Diogo de Fáveri Ramos
Contador
CRC/SC 033492/O-6

40

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE E DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS
COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL
CNPJ 86.532.348/0001-45
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos milhares de reais)

	Legislação societária	
	2019	2018
RESULTADO/SOBRA LÍQUIDA DO EXERCÍCIO	3.100	3.951
(+/-) Resultados Abrangentes	-	-
Reversão Reserva de Reavaliação NBC TG 27 R2	-	-
Reversão Reserva do RATES NBC T 10.8 IT 01	-	-
(-) Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	3.100	3.951
RESULTADO COM TERCEIROS	-	-
Resultado Líquido do Exercício (Operações com não associados)	-	-
Base para destinações legais e estatutárias	3.100	3.951
Fundo de Reserva - Art. 55 - Estatuto Social - 10%	(310)	(395)
RATES - Art. 56 - Estatuto Social - 5%	(155)	(197)
Fundo Expansão e Manut. Serv. Distrib. - Art. 57 - Estatuto Social - 50%	(1.550)	(1.976)
(=) RESULTADO/SOBRA ABRANGENTE ATRIBUÍVEL AOS ASSOCIADOS NA AGO	1.085	1.383

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Altair Lorival de Mélo
Presidente
CPF 344.212.629-00

Diogo de Fáveri Ramos
Contador
CRC/SC 033492/O-6

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO
COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL
CNPJ 86.532.348/0001-45
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos milhares de reais)

	Legislação societária	
	2019	2018
TOTAL DE RECURSOS	3.100	3.951
RECURSOS COM ASSOCIADOS	3.100	3.951
Sobra Líquida do Exercício (Atividades com associados)	3.100	3.951
Reversão Reserva de Reavaliação NBC TG 27 R2	-	-
Reversão Reserva do RATES NBC T 10.8 IT 01	-	-
(-) Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-
RECURSOS COM NÃO ASSOCIADOS	-	-
Sobra Líquida do Exercício (Atividades com não associados)	-	-
(-) DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS	(2.015)	(2.568)
Fundo de Reserva - Art. 55 - Estatuto Social - 10%	(310)	(395)
RATES - Art. 56 - Estatuto Social - 5%	(155)	(197)
Fundo Expansão e Manut. Serv. Distrib. - Art. 57 - Estatuto Social - 50%	(1.550)	(1.976)
(=) SALDO A DISPOSIÇÃO DA AGO	1.085	1.383

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Altair Lorival de Mélo
Presidente
CPF 344.212.629-00

Diogo de Fáveri Ramos
Contador
CRC/SC 033492/O-6

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

1 – Contexto operacional

A permissionária é uma sociedade cooperativa, constituída na forma da Lei nº 5.764/71, de capital aberto, controlada pelos associados, com atividade de distribuição de energia elétrica, atividade regulamentada pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Atendemos a 15.316 associados, sendo destes, 10.850 consumidores (informações examinadas pelos auditores) inclusive consumidores livres na forma da regulamentação do setor elétrico.

2 – Das permissões

A Cooperativa Energética Cocal – COOPERCOCAL detém a permissão, válida até o ano de 2040, para a distribuição de energia elétrica no município de Cocal do Sul e em parte dos municípios de Urussanga, Criciúma, Pedras Grandes, Orleans, Morro da Fumaça, Lauro Müller, Siderópolis e Treviso, todos do Estado de Santa Catarina, conforme contrato nº 034/2010-ANEEL.

3 – Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com a Lei nº 5.764/71, que rege as atividades cooperativas no Brasil. Resolução do CFC nº 1.255/09, e alterações NBC TG 1.000, que estabelece as normas para apresentação das demonstrações financeiras das pequenas e médias empresas, disposições regulatórias e os princípios fundamentais da contabilidade, bem o atendimento, no que for cabível, a 2019/NBCTA540(R2) de 23 de outubro de 2019.

Também cumpriu as disposições do manual de contabilidade do serviço público de energia elétrica, Resolução Normativa ANEEL nº 605/14, conjugadas com a legislação

específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, orientações emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), e estatuto social.

Adoção das normas brasileiras de contabilidade através da interpretação técnica NBC ITG 2004/2017, orientações emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC) e instruções contidas no Despacho nº 4.356 de 22 de dezembro de 2017 da SFF/ANEEL e demais orientações publicadas.

Adoção do modelo de apresentação da PAC – Prestação Anual de Contas;

- Utilização das naturezas de gastos e centros de custos;
- Configuração dos detalhes conforme preenchimento da RIT – Relatório de Informações Trimestrais;
- Aplicação do plano de contas regulatório;
- Contabilização da mão de obra para as ordens em curso;
- Contabilização da renda não faturada;
- Contabilização do rateio da administração central para a atividade;
- Aplicação do OCPC 08.

Em atendimento ao previsto na Resolução CFC nº 2017/NBCTG01(R4), que aprovou a NBC TG 01(R4) Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a administração avalia e entende que o contrato de permissão prevê que os valores dos ativos serão recuperados na tarifa, através da depreciação ou de custos previstos na empresa de referência, e que ao final da permissão os bens remanescentes serão indenizados.

Sendo assim, o entendimento da COOPERCOCAL é de que não há evidência de ativos cujos valores não serão recuperáveis.

A Cooperativa Energética Cocal – COOPERCOCAL apresenta, no encerramento do exercício de 2019, as demonstrações contábeis societárias e regulatórias com valores expressos em milhares de reais conforme determina o Manual de Contabilidade do

Setor Elétrico (MCSE) Resolução ANEEL nº. 605 de 11 de março de 2014 e resolução ANEEL nº 396/2010 de 26 de fevereiro de 2010.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Cooperativa adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estando alinhado às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB – (*International Accounting Standard Board*) com vigência para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011.

4 – Principais práticas contábeis

As práticas contábeis abaixo descritas foram aplicadas as informações societárias e regulatórias quando pertinentes e individuais, se necessário, conforme decisão do conselho de administração emanada da reunião realizada em 23 de dezembro de 2019 e referenciada pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 14 de fevereiro de 2020.

- **Caixa e equivalentes de caixa**

Estão registradas ao valor de mercado, expressas pelo saldo de caixa, depósitos em bancos, certificado de depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo.

- **Consumidores**

Compreende o fornecimento de energia faturada e não faturada a consumidores finais, conforme montantes determinados em contrato até 31 de dezembro de 2019, contabilizado com base no regime de competência.

- **Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

Esta provisão é reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

Em relação às contas a receber de consumidores, a mesma é constituída conforme determina o MCSE - Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - Resolução ANEEL nº. 605 de 11 de março de 2014, (item nº 7.2.8). Engloba os recebíveis faturados, até a data de encerramento do balanço, contabilizados pelo regime de competência.

As provisões para crédito de liquidação duvidosa referente aos parcelamentos de débitos, estão reconhecidos em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber.

Com relação aos consumidores que possuem pendencia e estão em regime operacional de recuperação judicial a administração julgou prudente a provisão total dos créditos referente aos mesmos.

- **Ajuste a valor presente**

O ajuste a valor presente previsto na NBC TG 12, aprovada pela resolução nº 1.151/09 e alterada pela resolução nº 1.329/11 do Conselho Federal de Contabilidade, não foi calculado sobre parcelamentos de energia elétrica, por entender a administração que está coberta pela provisão.

- **Estoque (inclusive do ativo imobilizado)**

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e aqueles destinados a investimentos estão classificados no ativo imobilizado, pelo custo de aquisição.

- **Ativos e passivos regulatórios**

Reconhecidos após o aditamento do contrato de permissão e aplicados na forma prevista no OCPC 08 de 28 de novembro de 2014, aprovado pela Norma NBC – CTG 08 de 12 de dezembro de 2014.

- **Investimentos**

As participações societárias permanentes, controladas e coligadas, estão registradas pelo método da equivalência patrimonial. Os outros investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perda quando aplicável.

- **Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina o MCPSE (Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico) aprovado pela Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015 e 529/12.

- **Intangível**

Conforme determinação da SFF/ANEEL, com o intuito de buscar a harmonização com as normas internacionais de contabilidade, destacamos as transferências do Ativo Imobilizado Vinculado para o Grupo Intangível e Ativo Financeiro conforme ICPC 01 e OCPC 05, determinados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Direitos sobre objetos incorpóreos destinados a manutenção da entidade, ou obtidos com esta finalidade e estão registrados pelo custo de aquisição, sem a constituição de provisão para perda.

A amortização do intangível é calculada através das taxas de depreciação tomando se como base os saldos contábeis registrados.

A baixa de um ativo intangível é efetivada através de alienação ou quando não existem benefícios econômicos futuro resultante do uso ou da alienação.

Os resultados da baixa são reconhecidos no resultado do exercício.

- **Atualização de direitos e obrigações**

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

- **Estimativas**

As estimativas são anualmente revisadas quando da preparação de demonstrações financeiras na conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A administração se baseia em julgamentos para determinação e o registro de estimativas que afetem seus ativos, passivos, receitas e despesas e os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes.

- **Imposto de renda e contribuição social**

Calculados e registrados quando devidos conforme legislação vigente nas datas dos balanços. Inclusa no regime tributário de apuração do lucro real, não tributou operações com associados, isentos na forma determinada pela Lei nº 5.764/71.

- **Empréstimos e financiamentos**

Quando contratados atualizados com base nas variações monetárias e cambiais e acrescidas dos respectivos encargos, quando classificados como passivos financeiros amortizados pelo custo e registrados ao respectivo valor de mercado, quando classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

- **Provisão para litígios**

As provisões para litígios conhecidas nas datas dos balanços são constituídas mediante avaliação e quantificação dos riscos relacionados a assuntos tributários, trabalhistas ou cíveis, cuja probabilidade de perda em processos que envolvam discussão judicial é considerada provável, na opinião da administração e de seus

assessores legais. Estão sendo apresentadas nesta rubrica as provisões para litígios liquidadas dos depósitos e/ou bloqueios judiciais a elas relacionadas.

- **Reconhecimento das receitas**

Todas as receitas de operação, uso e serviço praticadas pela COOPERCOCAL, são reconhecidas no momento da emissão da nota fiscal/fatura de energia elétrica por satisfazerem os requisitos exigidos na NBC TG47, aprovada pela Resolução 2016/NBCTG47 do Conselho Federal de Contabilidade.

- **Receita não faturada**

Corresponde a receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e a receita de utilização de rede de distribuição não faturada, calculadas em base estimada, referente ao período após a medição mensal e o último dia do mês.

- **Receita de construção e custo de construção**

O ICPC 01 (R2) estabelece que o permissionário de distribuição de energia elétrica deva registrar e mensurar os serviços prestados de acordo com o CPC 17 (R1) “Contratos de Construção” e CPC 30 (R1) – Receitas, mesmo quando regidos por um único contrato de permissão. A permissionária contabiliza receitas de construção de infraestrutura de distribuição utilizada na prestação de serviços.

Os custos são reconhecidos na demonstração de resultado do exercício como custo de construção.

- **Impostos e contribuições**

As receitas de venda de serviços de distribuição estão sujeitas a tributação pelo imposto de circulação de mercadorias e serviços – ICMS as alíquotas vigentes.

- **Apuração de resultado**

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

- **Sobra líquida**

A sobra ou perda que ocorrer será colocada à disposição dos associados, que deliberarão sobre sua destinação, obedecendo ao disposto na Lei nº 5.764/71 e Estatuto Social.

- **Estrutura das Demonstrações Contábeis**

Com referência às novas implementações na estrutura das demonstrações contábeis, em face a harmonização internacional e, em virtude do atendimento do Ofício de Encerramento nº 2.775/2008 – SFF/ANEEL, nº 4.097/2010 – SFF/ANEEL e Despacho ANEEL nº 4.722/2009 e 4.991/2011, aplicou-se a mudança nos quadros do Ativo e Passivo, incluindo os subgrupos Ativo não Circulante e Passivo não Circulante, excluindo-se o grupo de Ativo Permanente, conforme determinação do Órgão Regulador.

Conforme Ofício Circular nº 364/2012, a ANEEL desobriga as Permissionárias/Concessionárias a publicar as Demonstrações Contábeis Regulatórias e Despacho ANEEL nº 575/2013 dispensa as Cooperativas Permissionárias de publicarem suas demonstrações contábeis societárias e regulatórias em qualquer tipo de jornal, devendo apenas disponibilizá-las no sítio eletrônico da Permissionária e encaminhá-las à SFF para posterior divulgação na CIEFSE.

Adicionalmente, conforme Despacho SFF/ANEEL nº 4.097/2010, 4.991/2011, 155/2013, 4.413/2013, 4.786/2014, 245/2016, 3.371/2016 e 4.356/2017 estão sendo publicadas em separado as Demonstrações Contábeis Regulatórias.

5 - Caixa e equivalente de caixa

5.1 - Caixa

Legislação societária		
	2019	2018
Caixa	3	2
Bancos	583	765
Fundo de caixa	4	5
Numerário em trânsito	71	49
Total de Caixa	661	821

5.2 – Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Legislação societária					
Instituição financeira	Tipo de aplicação	Vencimento	Remuneração	2019	2018
Banco do Brasil S/A	Fundos Inv.	Indeterminado	Diária	-	500
Caixa E. Federal	Fundos Inv.	Indeterminado	Diária	693	1.076
Total de Equivalentes de Caixa				693	1.576
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa				1.354	2.397

6 - Consumidores

Todos os consumidores foram faturados e tem saldo de consumo de pelo menos quatro dias, referente ao disposto no calendário mensal de leitura.

Legislação societária		
	2019	2018
Faturados	10.850	10.667
Total	10.850	10.667

7 - Consumidores, concessionárias e permissionárias

7.1 - Composição das contas a receber COMERCIAL

Legislação societária								
					Provisão para Devedores duvidosos		Saldo	
Consumidor	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	2019	2018	2019	2018
Residencial	890	293	102	1.285	104	87	1.181	1.020
Industrial	2.155	264	97	2.516	222	100	2.294	1.722
Consumidor Livre	216	-	-	216	-	-	216	210
Comercial	485	85	15	585	15	14	570	470
Rural	226	39	6	271	5	5	266	214
Poder Público	46	-	-	46	-	-	46	22
Iluminação Pública	48	-	55	103	55	55	48	19
Serviço Público	34	-	-	34	-	-	34	20
Renda N/ Faturada	985	-	-	985	-	-	985	808
Subtotal	5.085	681	275	6.041	401	261	5.640	4.505
Serviços Cobráveis	2	2	3	7	2	2	5	3
Parc. a Receber	24	153	15	192	12	9	180	31
Outros Créditos	45	129	14	188	12	15	176	144
Total	5.156	965	307	6.428	427	287	6.001	4.683

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída para fazer face de eventuais créditos de liquidação duvidosa, conforme determina o MCSE – Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – Resolução ANEEL nº. 605 de 11 de março de 2014, item 7.2.8 – Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa, enquadrados nas seguintes condições:

- Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias e;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

8 - Tributos a compensar

8.1 - Circulante

Legislação societária		
	2019	2018
ICMS	53	109
Total	53	109

8.2 - Não circulante

Legislação societária		
	2019	2018
ICMS	62	67
Total	62	67

9 – Depósitos judiciais e cauções

Legislação societária		
	2019	2018
Depósitos judiciais e cauções	58	18
Total	58	18

Os valores apresentados em ambos os exercícios são provenientes de depósitos judiciais resultante de recursos e decisões de demandas trabalhistas.

10 - Almoxarifado operacional

Legislação societária		
	2019	2018
Almoxarifado em serviço	139	174
Adiantamento a fornecedores	-	17
Total	139	191

Referem-se a materiais destinados à manutenção de equipamentos e redes de distribuição de energia elétrica bem como os destinados à construção.

11 - Despesas pagas antecipadamente

Legislação societária		
	2019	2018
Seguros	19	12
Total	19	12

Os seguros de bens e veículos são contratados para periodicidade anual os quais não coincidem com o ano civil e tem seu pagamento quitado quando da contratação.

12 - Outros ativos circulantes

Legislação societária		
	2019	2018
Empregados	56	40
Fornecedores	48	78
Serviços prestados a terceiros	4	1
Alienação de bens e direitos	-	7
Rendas a receber	37	35
Reembolso do fundo da CDE	325	349
Desativações, alienações e dispêndios em curso	4	40
Total	474	550

São desembolsos antecipados a empregados e terceiros os quais serão recuperados.

O valor referente ao “Reembolso de fundo da CDE” é determinado pelo órgão regulador (ANEEL), quando da revisão tarifária, e anualmente recalculado sendo o atual estabelecido conforme Resolução Homologatória nº 2.609/2019 correspondendo a auxílio aos custos operacionais elevados em função da baixa densidade de carga da permissionária.

13 - Consumidores

Legislação societária		
	2019	2018
Recuperação judicial	192	186
Outros	25	-
Subtotal	217	186
(-) Prov. para crédito liquidação duvidosa Rec. Judicial	(192)	-
Total	25	186

A composição do saldo referente à “Recuperação Judicial” está formada pelos valores constantes nos processos cíveis com pedidos e planos devidamente homologados pela justiça.

Considerando o histórico de inadimplência, que levou esses consumidores a entrarem em recuperação judicial, a administração resolveu constituir provisão do total do saldo a receber. Quando futuramente ocorrer a realização dos créditos, será revertida a provisão com os devidos ajustes.

14 - Outros ativos não circulantes

Legislação societária		
	2019	2018
Ativo reversível	3.470	2.546
Outros - Consórcio	30	10
Total	3.500	2.556

Os ativos que Compõem a base de remuneração regulatória (BRR) são reversíveis quando não totalmente depreciados até o final da permissão. Os valores são revisados anualmente.

15 - Bens e atividades não vinculadas à concessão

Legislação societária		
	2019	2018
Avaliadas pelo custo de aquisição		
Sicoob Credisulca SC	20	18
Subtotal	20	18
Outros investimentos		
Sede recreativa	2.043	1.377
Subtotal	2.043	1.377
Total	2.064	1.395

A Coopercocal mantém conta corrente na Cooperativa de crédito Sicoob Credisulca SC o que além das quotas parte integralizadas também capitaliza sobras distribuídas.

A sede recreativa são os valores contabilizados em empreendimento de lazer que a cooperativa tem para uso dos associados e colaboradores.

16 – Intangível

Legislação societária				
	Custo	Amortização acumulada	2019	2018
			Valor líquido	Valor líquido
Em Serviço				
Distribuição	32.046	(8.807)	23.239	21.830
Bens da permissão	32.046	(8.807)	23.239	21.830
Administração	1.670	(847)	823	516
Bens da permissão	1.670	(847)	823	516
Subtotal	33.716	(9.654)	24.062	22.346
Em Curso				
Distribuição	1.411	-	1.411	1.058
Bens da permissão	1.411	-	1.411	1.058
Subtotal	1.411	-	1.411	1.058
Total	35.127	(9.654)	25.473	23.404

17 – Fornecedores

Legislação societária		
	2019	2018
Suprimento de energia elétrica	1.596	1.406
Materiais e serviços	23	1
Total	1.619	1.407

18 – Obrigações sociais e trabalhistas

Legislação societária		
	2019	2018
Empregados / Diretores	251	226
Férias	654	569
Tributos retidos na fonte	104	92
Consignações em favor de permissão e ou terceiros	0	1
Total	1.009	888

19 – Tributos

Legislação societária		
	2019	2018
PIS/COFINS/CSLL	1	1
ICMS	973	635
Previdência social – Empresa	110	91
FGTS	41	37
PIS	5	5
IRRF	1	0
Total	1.131	769

20 – Provisão para litígios

20.1 – Circulante

Legislação societária		
	2019	2018
Trabalhista	312	559
Cíveis	226	209
Fiscais	28	28
Total	566	796

As provisões Trabalhistas são resultantes de reclamatórias com provável perda. As provisões Cíveis são processos de ressarcimentos de danos elétricos, e pedidos de compensações financeiras por danos morais ou físicos. As Provisões Fiscais é notificação municipal de Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza.

20.2 – Não circulante

Legislação societária		
	2019	2018
Fiscais	1.605	1.605
Total	1.605	1.605

Notificação federal que imputa o débito de PIS e COFINS.

20.3 – Provisões para contingência

Legislação societária						
	2019			2018		
	Valor da provisão			Valor da provisão		
Litígios	No exercício	Acumulada	Depósitos judiciais	No exercício	Acumulada	Depósitos judiciais
Trabalhistas						
Diversos	132	312	57	189	559	18
Subtotal	132	312	57	189	559	18
Cíveis						
Diversos	43	226	-	23	209	-
Subtotal	43	226	-	23	209	-
Fiscais						
ISS	-	27	-	-	27	-
PIS	-	286	-	-	286	-
COFINS	-	1.319	-	-	1.319	-
Subtotal	-	1.632	-	-	1.632	-
Total	175	2.170	57	212	2.400	18

21 – Encargos setoriais

Legislação societária		
	2019	2018
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	23	23
Conta de desenvolvimento energético – CDE	-	431
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica – TFSEE	6	6
Demais encargos setoriais	1	1
Total	30	461

22 – Passivos regulatórios

Legislação societária		
	2019	2018
Neutralidade da parcela “A”	172	96
Adicional bandeiras (Devolução)	461	-
Adicional bandeiras	418	173
Total	1.051	269

A legislação do setor elétrico brasileiro estabelece nos processos tarifários uma receita de referência para o ciclo.

A receita homologada é ajustada com a realizada a cada revisão ou reajuste determinando a constituição de passivos regulatórios, quando a receita realizada for maior que a homologada, sendo o valor resultante um crédito a ser aplicado como desconto no próximo reajuste/revisão.

23 – Outros passivos circulantes

Legislação societária		
	2019	2018
Consumidores	18	7
Estagiários	1	-
Crédito convênio arrecadação – COSIP	81	74
Convênio arrecadação – Associações	28	22
Cooperativa central Aurora alimentos	-	143
Cheques a compensar	0	-
Total	128	246

24 – Obrigações vinculadas a permissão

Legislação societária				
	Custo	Amortização acumulada	2019	2018
			Valor líquido	Valor líquido
Em serviço				
Distribuição	1.666	(281)	1.385	1.416
Bens da permissão	1.666	(281)	1.385	1.416
Em curso				
Distribuição	37	-	37	37
Bens da permissão	37	-	37	37
Total	1.703	(281)	1.422	1.453

As obrigações vinculadas a permissão são créditos do poder concedente visto que os valores são colocados à disposição aos agentes do setor elétricos através de doações públicas ou contribuições privadas de consumidores.

25 – Capital social

Legislação societária		
	2019	2018
Capital subscrito	3.266	3.234
(-) Capital a integralizar	(16)	(12)
Total	3.250	3.222

Constituído e controlado conforme legislação cooperativista e estatuto social.

26 – Reservas de capital

Legislação societária		
	2019	2018
Reserva de associados	27	27
Total	27	27

27 – Reservas de sobras

Legislação societária		
	2019	2018
Fundo de reserva legal	9.913	9.603
Fundo de assistência técnica educacional e social	1.174	1.161
Fundo de apoio a iluminação pública	752	752
Fundo exp. e manutenção do serviço de distribuição	14.460	11.526
Total	26.299	23.042

Fundos constituídos conforme estatuto social e determinação de assembleia geral.

28 – Sobras acumuladas

Legislação societária		
	2019	2018
Sobras a disposição da AGO	1.085	1.383
Total	1.085	1.383

Resultado das operações com associados a ser submetido a assembleia geral para aplicação ou destinação.

29 – Receita operacional

29.1 – Fornecimento de energia elétrica

Legislação societária		
	2019	2018
Residencial	10.673	9.180
Industrial	22.074	20.143
Comercial	4.907	4.272
Rural	2.187	1.893
Poderes públicos	472	398
Iluminação pública	1.318	1.229
Serviços públicos	310	290
(-) Devolução de energia	(10)	(22)
Neutralidade da parcela "A"	(74)	264
Renda não faturada	177	43
Consumidores livres - industrial	2.359	2.126
Total	44.393	39.816

29.2 – Serviços cobráveis

Legislação societária		
	2019	2018
Taxas de serviços	16	17
Total	16	17

29.3 – Doações, contribuições e subvenções

Legislação societária		
	2019	2018
Recursos rec. ELETROBRÁS - CDE – baixa renda	48	62
Recursos rec. ELETROBRÁS - CDE - rural	758	755
Recursos rec. ELETROBRÁS - CDE – serv. público	30	79
Recursos rec. ELETROBRÁS - CDE – fonte incentivada	795	701
Recursos rec. ELETROBRÁS - CDE – densidade carga	2.365	2.216
Recursos rec. ELETROBRÁS – Ex-Isolados	-	134
Total	3.996	3.947

29.4 – Outras receitas operacionais

Legislação societária		
	2019	2018
Uso de redes compartilhado	427	298
Administração COSIP	155	159
Receita com construção	4.430	4.041
Ganho na alienação de materiais	43	41
Ganho pela violação de indicadores	269	-
Outros	-	0
Total	5.324	4.539

30 – (-) Deduções da receita operacional

30.1 - Tributos

Legislação societária		
	2019	2018
ICMS	10.370	9.346
Total	10.370	9.346

30.2 – Encargos do consumidor

Legislação societária		
	2019	2018
Conta de desenvolvimento energético – CDE	3.391	2.457
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica – TFSEE	69	66
Adicional bandeiras	1.284	1.877
Total	4.744	4.400

Componente da parcela “A” que é parte da tarifa homologada aos consumidores cujo gerencialmente é atribuição do poder concedente.

31 – (-) Custo da energia elétrica comprada

Legislação societária		
	2019	2018
Microgeração	38	18
Energia elétrica comprada para revenda	11.213	8.881
Encargos de uso do sistema	6.043	5.717
Energia PROINFA	837	892
Total	18.131	15.508

32 – Custo de operação

32.1 – Pessoal e administradores

Legislação societária		
	2019	2018
Pessoal	6.820	5.835
Administradores	445	451
Total	7.265	6.286

32.2 – Demais custos operacionais

Legislação societária		
	2019	2018
Material	1.517	1.431
Serviços de terceiros	1.625	1.333
Arrendamentos e aluguéis	2	2
Seguros	49	42
Provisões	395	222
Tributos	55	31
Amortização	1.306	1.203
Total	4.949	4.264

32.3 – Gastos diversos

Legislação societária		
	2019	2018
Indenização por perdas e danos	257	95
Custo com construção	4.430	4.041
Organizações e federações	30	23
Outros	92	77
Total	4.809	4.236

32.4 – Outras despesas operacionais

Legislação societária		
	2019	2018
Perdas na alienação e desativação	360	265
Outras despesas	362	240
Total	722	505

33 – Resultado financeiro

Legislação societária		
	2019	2018
Receitas financeiras	388	215
Despesas financeiras	(27)	(38)
Total	361	177

34 – Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social

A Lei nº 5.764/71 define como isenta as operações com associados, portanto a COOPERCOCAL, como opera somente com associados, não provisionou impostos de renda e contribuição social, portanto não é possível a obtenção das taxas efetivas do IRPJ e CSLL.

35 – Participação nos resultados

A COOPERCOCAL não possui nenhum programa de participação nas sobras da empresa direcionada aos empregados.

36 – Plano previdenciário e outros benefícios aos empregados

	Legislação societária	
	2019	2018
Plano de saúde	254	203
Vale alimentação	570	388
Seguro de vida	31	31
Cursos, treinamentos e outros	13	17
Bolsa de estudo	16	21
Total	884	660

- Plano de saúde Unimed Uniflex Sul para colaboradores e Coparticipação 50% para dependentes;
- Vale Alimentação no valor de R\$ 550,00 por colaborador;
- Seguro de vida de todos os colaboradores;
- Capacitação e treinamento com reembolso pelo SESCOOP;
- Bolsa de estudo com limite de R\$ 140,00 por colaborador;
- Convênio para saúde ocupacional e segurança no trabalho.

37 – Transações com partes relacionadas

A COOPERCOCAL não efetuou transações com partes relacionadas no exercício de 2019.

38 – Instrumentos financeiros

a) Considerações gerais

A permissionária avalia que os riscos são mínimos, pois não existe concentração de parte contrária, e as operações são realizadas com bancos de reconhecida solidez, dentro de limites aprovados pelo conselho de administração.

b) Concentração de risco de crédito

Parte substancial das vendas é bastante pulverizada a um grande número de consumidores. No caso desses consumidores, o risco de crédito é mínimo devido à grande carteira e aos procedimentos de controle, os quais monitoram esse risco.

Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face às eventuais perdas na realização destes.

Existem consumidores com montantes expressivos que possam significar risco a atividade.

c) Moeda estrangeira

A COOPERCOCAL não contratou operações com moeda estrangeira no exercício de 2019.

d) Riscos de liquidez

O risco de liquidez é medido pela capacidade da cooperativa cumprir com suas obrigações de curto prazo, médio prazo e longo prazo, tendo presente a sua estrutura

de reservas financeiras, de ativos e linhas de crédito disponíveis para captação de novos recursos e principalmente fluxo de caixa.

Na data base das demonstrações contábeis, o índice liquidez corrente e liquidez geral eram de 1,46 e 1,36 respectivamente, não havendo indicativo de falta de capacidade de liquidação das obrigações existentes, sejam de curto, médio e longo prazo.

39 – Demonstrações do resultado do exercício segregado por atividade

Em atendimento às instruções e orientações da ANEEL, apresentamos as Demonstrações do Resultado do Exercício Segregado por Atividade, em 31 de dezembro de 2019, das Unidades de Negócio: Geração (GER), Transmissão (TRA), Distribuição (DIS), Atividades não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica (AV) e o Consolidado (CONS).

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS E PERDAS SEGREGADO POR ATIVIDADES
COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL
CNPJ 86.532.348/0001-45
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos milhares de reais)

	Legislação societária				
	GER	TRA	DIS	AV	CONS
Ingresso/Receita operacional bruta	-	-	53.729	-	53.729
Fornecimento de energia elétrica	-	-	44.393	-	44.393
Serviços cobráveis	-	-	16	-	16
Doações, contribuições e subvenções	-	-	3.996	-	3.996
Outras receitas operacionais	-	-	5.324	-	5.324
(-) Deduções da receita operacional	-	-	15.114	-	15.114
ICMS	-	-	10.370	-	10.370
Encargos setoriais	-	-	4.744	-	4.744
(=) Ingresso/Receita operacional líquida	-	-	38.615	-	38.615
(-) Custo do serviço de energia elétrica	-	-	35.876	-	35.876
Custo da energia comprada	-	-	18.131	-	18.131
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	11.251	-	11.251
Encargo de uso do sistema de distribuição	-	-	6.043	-	6.043
Proinfra	-	-	837	-	837
Custo de operação	-	-	17.745	-	17.745
Pessoal e administradores	-	-	7.265	-	7.265
Material	-	-	1.517	-	1.517
Serviços de terceiros	-	-	1.625	-	1.625
Arrendamentos e aluguéis	-	-	2	-	2
Seguros	-	-	49	-	49
Provisões	-	-	395	-	395
Tributos	-	-	55	-	55
Amortização	-	-	1.306	-	1.306
Gastos diversos	-	-	4.809	-	4.809
Outras despesas operacionais	-	-	722	-	722
(=) Resultado da Atividade	-	-	2.739	-	2.739
(+/-) Resultado financeiro	-	-	361	-	361
Receitas financeiras	-	-	388	-	388
Despesas financeiras	-	-	(27)	-	(27)
(=) Sobras antes da contribuição social e imposto de renda	-	-	3.100	-	3.100
(-) Contribuição social	-	-	-	-	-
(-) Imposto de renda	-	-	-	-	-
(=) Sobras líquida do exercício	-	-	3.100	-	3.100
Fundo de Reserva - Art. 55 - Estatuto Social - 10%	-	-	(310)	-	(395)
RATES - Art. 56 - Estatuto Social - 5%	-	-	(155)	-	(197)
Fundo Expansão e Manut. Serv. Distrib. - Art. 57 - Estatuto Social - 50%	-	-	(1.550)	-	(1.976)
(=) SOBRA ABRENGENTE ATRIBUÍVEL AOS ASSOCIADOS NA AGO	-	-	1.085	-	1.085

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Altair Lorival de Mélo
Presidente
CPF 344.212.629-00

Diogo de Fáveri Ramos
Contador
CRC/SC 033492/O-6

68

39.1 – Principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações por unidade de negócio

Na Unidade de Negócio foram consideradas as receitas operacionais faturadas aos consumidores externos, por transferências de preço contratadas entre as partes conforme segue abaixo:

Unidade	Receita de unidade	
	D	Total
Geração – G	-	-
Transmissão – T	-	-
Distribuição – D	53.729	53.729
Atividades não vinculadas - AV	-	-
Total	53.729	53.729

39.1.1 – Conciliação das demonstrações de resultado

	Unidade de negócio	Permissionária	Diferença
Receita operacional	53.729	53.729	-
Deduções da receita operacional	15.114	15.114	-
Receita operacional líquida	38.615	38.615	-
Despesas operacionais	35.876	35.876	-
Resultado do serviço	2.739	2.739	-
Sobra antes da tributação e participações	3.100	3.100	-
Sobra líquida do exercício	3.100	3.100	-

As receitas e despesas operacionais estão contabilizadas em cada Unidade de Negócio, acrescidas dos valores apurados, com base nas receitas transferidas entre as mesmas.

As deduções, tais como, impostos e contribuições, foram calculados sobre o montante das receitas escrituradas e virtuais, aplicando-se as alíquotas ou taxas efetivamente incorridas na permissionária.

As receitas financeiras, oriundas de multas e juros sobre atraso no pagamento de energia elétrica, foram classificadas na unidade de negócio.

40 - Seguros

Riscos	Data da vigência	Importância segurada	Prêmio líquido
Incêndio – Imóveis próprios – Sede Administrativa	21/06/2020	7.000	4
Veículos – Auto Frotas – 100% Fipe	18/04/2020	100%	27
Subestação 69 Kv	09/05/2020	6.000	21
Equipamentos – 13 transformadores/reguladores tensão	24/02/2020	644	3

Equipamentos nomeados

Na apólice contratada foi destacada a subestação 69 KV - COOPERCOCAL, nomeando os principais equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básicas tais como incêndio, queda de raios e explosão de qualquer natureza e cobertura adicional contra possíveis danos elétricos, riscos diversos, riscos para equipamentos eletrônicos e informática.

Veículos

A avaliação dos veículos atende a publicações da FIPE no estado de Santa Catarina, sendo a base para indenização de sinistro quando ocorrer perda total.

41 – Eventos subsequentes

Os eventos subsequentes que poderão causar impacto na posição patrimonial, na financeira, no resultado e nas atividades são:

- Efeitos econômicos de instabilidade política e social;
- Marcos regulatórios que impactem substancialmente as tarifas de fornecimento.
- Migração expressiva de consumidores cativo ao mercado livre.

Altair Lorival de Mélo
Presidente
CPF 344.212.629-00

Diogo de Fáveri Ramos
Contador
CRC/SC 033492/O-6

DEMONSTRAÇÕES

CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

BALANÇO PATRIMONIAL COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL CNPJ 86.532.348/0001-45

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos milhares de reais)

	Notas	2019	2018
Ativo			
Ativo circulante		8.098	7.960
Caixa e equivalentes de caixa	7	1.354	2.397
Consumidores	4	6.001	4.683
Tributos compensáveis		53	109
Depósitos judiciais e cauções		58	18
Almoxarifado operacional		139	191
Despesas pagas antecipadamente		19	12
Ativos financeiros setoriais	6	325	349
Outros ativos circulantes		149	201
Ativo não circulante		33.996	30.932
Consumidores		25	186
Tributos compensáveis		62	67
Outros ativos não circulantes		30	10
Bens e atividades não vinculadas à concessão		2.064	1.395
Imobilizado	5	31.757	29.180
Intangível		58	94
Total do ativo		42.094	38.892

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Altair Lorival de Mélo
Presidente
CPF 344.212.629-00

Diogo de Fáveri Ramos
Contador
CRC/SC 033492/O-6

BALANÇO PATRIMONIAL
COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL
CNPJ 86.532.348/0001-45
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos milhares de reais)

	Notas	2019	2018
Passivo			
Passivo circulante		5.534	4.836
Fornecedores		1.619	1.407
Obrigações sociais e trabalhistas		1.009	888
Tributos		1.131	769
Provisão para litígios	9	566	796
Encargos setoriais		30	461
Passivos financeiros setoriais	6	1.051	269
Outros passivo circulantes		128	246
Passivo não circulante		3.027	3.058
Provisão para litígios	9	1.605	1.605
Obrigações vinculadas a permissão	10	1.422	1.453
Total do passivo		8.561	7.894
Patrimônio líquido	11		
Capital social		3.250	3.222
Reserva de capital		27	27
Outros resultados abrangentes		4.400	4.586
Reserva de Sobras		24.863	21.880
Sobras a disposição da AGO		993	1.283
Total do patrimônio líquido		33.533	30.998
Total do passivo e do patrimônio líquido		42.094	38.892

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Altair Lorival de Mélo
Presidente
CPF 344.212.629-00

Diogo de Fáveri Ramos
Contador
CRC/SC 033492/O-6

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS E PERDAS
COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL
CNPJ 86.532.348/0001-45
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos milhares de reais)

	Notas	2019	2018
Operações em Continuidade			
Receita / Ingresso		48.405	43.780
Fornecimento de energia elétrica	12	42.108	37.690
Disponibilização do sistema de distribuição		2.359	2.126
Ativos e passivos financeiros setoriais		(74)	-
Serviços cobráveis		16	17
Doações, contribuições e subvenções		3.996	3.947
Tributos		(10.370)	(9.346)
ICMS		(10.370)	(9.346)
Encargos - Parcela "A"		(4.744)	(4.400)
Conta de desenvolvimento energético - cde		(3.391)	(2.457)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - tfsee		(69)	(66)
Outros encargos		(1.284)	(1.877)
Receita Líquida / Ingresso Líquido		33.291	30.034
Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"		(18.131)	(15.508)
Energia elétrica comprada para revenda		(12.088)	(9.791)
Encargo de uso do sistema de distribuição		(6.043)	(5.717)
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		15.160	14.526
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"		(12.858)	(11.032)
Pessoal e administradores	14	(7.265)	(6.286)
Material		(1.517)	(1.431)
Serviços de terceiros		(1.625)	(1.333)
Arrendamentos e aluguéis		(2)	(2)
Seguros		(49)	(42)
Provisões		(395)	(222)
(-) Recuperação de despesas		150	144
Tributos		(55)	(31)
Depreciação e amortização		(1.571)	(1.490)
Gastos diversos		(529)	(339)
Outras receitas operacionais		894	498
Outros despesas operacionais		(722)	(505)
Resultado da Atividade		2.474	3.487
Resultado financeiro		361	177
Receita financeiras		388	215
Despesas financeiras		(27)	(38)
Resultado Antes dos Impostos Sobre a sobras		2.835	3.664
(-) Contribuição social		-	-
(-) Imposto de renda		-	-
Resultado Líquido das Operações em Continuidade		2.835	3.664
Sobras por quotas-parte originada das operações em continuidade			
básico - sobras de operações continuadas atribuíveis aos associados		0,87	1,13

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Altair Lorival de Mélo
Presidente
CPF 344.212.629-00

Diogo de Fáveri Ramos
Contador
CRC/SC 033492/O-6

74

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL
CNPJ 86.532.348/0001-45
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos milhares de reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
SOBRA LÍQUIDA DO EXERCÍCIO	2.835	3.664
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Reversão Reserva de Reavaliação NBC TG 27 R2	-	-
Reversão Reserva do RATES NBC T 10.8 IT 01	-	-
(-) Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	2.835	3.664
RESULTADO COM TERCEIROS	-	-
Resultado Líquido do Exercício (Operações com não associados)	-	-
Base para destinações legais e estatutárias	2.835	3.664
Fundo de Reserva - Art. 55 - Estatuto Social - 10%	(283)	(366)
RATES - Art. 56 - Estatuto Social - 5%	(142)	(183)
Fundo Expansão e Manut. Serv. Distrib. - Art. 57 - Estatuto Social - 50%	(1.417)	(1.832)
(=) RESULTADO/SOBRA ABRANGENTE ATRIBUÍVEL AOS ASSOCIADOS NA AGO	993	1.283

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Altair Lorival de Mélo
Presidente
CPF 344.212.629-00

Diogo de Fáveri Ramos
Contador
CRC/SC 033492/O-6

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL
CNPJ 86.532.348/0001-45
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Reservas de Sobras			Sobras a disposição da AGO	Total	
				Fundo de reserva legal	FATES	Fundo de apoio II. pública			Fundo de expansão manut. Serv. de distrib.
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3.200	27	4.717	9.110	782	752	7.847	875	27.310
Integralização de quotas	26	-	-	-	-	-	-	-	26
Devolução de quotas	(4)	-	-	-	-	-	-	-	(4)
VRN - reavaliação	-	-	(131)	-	-	-	-	-	(131)
Realização de reservas/fundos	-	-	-	-	(128)	-	-	(875)	(1.003)
Sobras do exercício	-	-	-	-	-	-	-	3.664	3.664
Destinação Estatutária:									
Fundo de reserva legal	-	-	-	366	-	-	-	(366)	-
FATES	-	-	-	-	444	-	-	(183)	261
Fundo exp. e manut. serv. distrib.	-	-	-	-	-	-	2.707	(1.832)	875
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.222	27	4.586	9.476	1.098	752	10.554	1.283	30.998
Integralização de quotas	34	-	-	-	-	-	-	-	34
Devolução de quotas	(6)	-	-	-	-	-	-	-	(6)
VRN - reavaliação	-	-	(186)	-	-	-	-	-	(186)
Realização de reservas/fundos	-	-	-	-	(209)	-	-	(1.282)	(1.491)
Sobras do exercício	-	-	-	-	-	-	-	2.835	2.835
Destinação Estatutária:									
Fundo de reserva legal	-	-	-	284	-	-	-	(284)	-
FATES	-	-	-	-	208	-	-	(142)	66
Fundo exp. e manut. serv. distrib.	-	-	-	-	-	-	2.700	(1.417)	1.283
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.250	27	4.400	9.760	1.097	752	13.254	993	33.533

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Altair Lorival de Mélo
Presidente
CPF 344.212.629-00

Diogo de Fáveri Ramos
Contador
CRC/SC 033492/O-6

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL
CNPJ 86.532.348/0001-45
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos milhares de reais)

	Notas	2019	2018
Atividades operacionais			
Sobra líquida do exercício		2.835	3.664
Ajuste ao resultado líquido		1.009	789
Depreciação e amortização		869	780
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		140	9
Resultado ajustado do exercício		3.844	4.453
Variações no ativo circulante		(1.322)	(341)
Consumidores		(1.458)	(270)
Serviços em curso		-	-
Tributos compensáveis		55	18
Depósitos judiciais e cauções		(40)	-
Amoxarifado operacional		52	3
Despesas antecipadas		(7)	1
Ativos financeiros setoriais		24	(3)
Outros ativos circulantes		52	(90)
Variações no passivo circulante		698	326
Fornecedores		212	226
Obrigações sociais e trabalhistas		121	90
Tributos		362	577
Provisões para litígios		(230)	213
Encargos setoriais		(431)	432
Passivos financeiros setoriais		782	(618)
Outros passivos circulantes		(118)	(594)
Variações no ativo não circulante		144	(70)
Consumidores		161	(126)
Tributos compensáveis		4	60
Outros ativos não circulantes		(21)	(4)
Variações no passivo não circulante		(30)	(635)
Obrigações vinculadas a permissão		(30)	(635)
Total das atividades operacionais		3.334	3.733
Atividades de investimento			
Aumento de investimento		(668)	(139)
Pagamento pela compra de bens para imobilizado		(3.409)	(2.748)
Total das atividades de investimento		(4.077)	(2.887)
Atividades de financiamento			
VNR - reavaliação		(186)	(130)
Utilização das reservas		(142)	132
Capital a integralizar		28	22
Total das atividades de financiamento		(300)	24
Total dos efeitos no caixa e equivalente de caixa		(1.043)	870
Saldo inicial de caixa		2.397	1.527
Saldo final de caixa		1.354	2.397
Variação do caixa e equivalente de caixa		(1.043)	870

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Altair Lorival de Mélo
Presidente
CPF 344.212.629-00

Diogo de Fáveri Ramos
Contador
CRC/SC 033492/O-6

77

NOTAS EXPLICATIVAS REGULATÓRIAS

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (MME), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Cooperativa é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de permissão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com o contrato de permissão de distribuição, a Coopercocal está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da permissão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Cooperativa, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (Ajuste Escalar) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos custos da parcela “A” e parcela “B” mencionados acima, as permissões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro

de 2001, a Cooperativa pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Coopercocal solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado “Livre Acesso”, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina e repassados as permissionárias supridas.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da Coopercocal. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

3. Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis Societárias apresentadas nas páginas **35 a 42**, em conjunto com as Notas Explicativas apresentadas nas páginas **43 a 70**, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

Ativos e passivos financeiros setoriais: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de Permissão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de Permissão.

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em **24 de abril de 2014**. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (Permissão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado

pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Coopercocal não agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando que os investimentos são financiados com recursos próprios advindos de resultados de exercícios e fundos estatutários. No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à Permissão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das permissionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Reserva de reavaliação: não foi realizada qualquer reavaliação no balanço societário.

A reavaliação foi registrada em 31 de março de 2014, com base em Laudo de Reavaliação de Ativos e está de acordo com os montantes homologados pela ANEEL no processo de revisão tarifária da data-base de 28 de setembro de 2014.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Coopercocal é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

4. Consumidores e Permissionárias e Permissionárias

Composição das Contas a Receber

DESCRIÇÃO	VALORES CORRENTES							VALORES RENEGOCIADOS					TOTAL 2019	TOTAL 2018
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA				Provisão p/ Devedores Duvidosos	RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA		Provisão p/ Devedores Duvidosos		
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias			
Fornecimento de Energia														
Residencial	1.177	-	5	8	14	81	104	2	2	1	9	6	1.188	1.030
Industrial	2.155	-	-	-	264	97	221	46	114	9	1	1	2.464	1.736
Comercial	569	-	-	-	1	14	15	-	2	-	5	5	571	476
Rural	265	-	1	-	1	5	4	-	-	-	-	-	267	215
Poderes Públicos	46	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	46	22
Iluminação Pública	48	-	-	-	-	55	55	-	-	-	-	-	48	19
Serviço Público	34	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	34	20
Serviço Taxado	2	-	2	3	-	-	2	-	-	-	-	-	5	3
Fornecimento Não Faturado	985	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	985	808
(-) Arrecadação Processo Classif.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica	216	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	216	210
SUBTOTAL	5.497	-	7	11	280	252	401	48	117	11	15	12	5.825	4.539
Outros	45	-	129	14	-	-	12	-	-	-	-	-	176	144
TOTAL	5.542	-	136	25	280	252	413	48	117	11	15	12	6.001	4.683

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída para fazer face de eventuais créditos de liquidação duvidosa, conforme determina o MCSE – Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – Resolução ANEEL nº. 605, de 11/03/2014, item 7.2.8 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, enquadrados nas seguintes condições:

Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;

Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias; e

Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

Esta provisão é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

Os parcelamentos de débitos estão reconhecidos em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber.

5. Imobilizado

A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Reava- liação	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depre- ciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018	Obriga- ções Especiais Brutas	Amorti- zação Acum.	Obriga- ções Especiais Líquidas
Distribuição	39.409	3.878	1.279	-	-	42.007	2.599	(12.509)	29.498	27.702	-	-	-
Terrenos	163	-	-	-	-	163	-	-	163	163	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	265	-	-	-	-	265	-	(119)	146	156	-	-	-
Máquinas e equipamentos	38.511	3.614	1.203	-	-	40.923	2.412	(12.064)	28.859	27.244	-	-	-
Veículos	447	264	77	-	-	634	187	(308)	326	134	-	-	-
Móveis e utensílios	23	-	-	-	-	23	-	(18)	5	6	-	-	-
Administração	995	497	38	-	-	1.453	459	(607)	847	420	-	-	-
Terrenos	2	-	-	-	-	2	-	-	2	2	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	552	353	4	-	-	901	358	(337)	564	234	-	-	-
Máquinas e equipamentos	230	37	7	-	-	260	30	(139)	121	109	-	-	-
Veículos	110	69	27	-	-	152	96	(66)	86	34	-	-	-
Móveis e utensílios	102	38	-	-	-	140	38	(66)	74	40	-	-	-
Subtotal	40.404	4.375	1.318	-	-	43.461	3.057	(13.116)	30.345	28.122	-	-	-
Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe- rências (C)	Reava- liação	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depre- ciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018	Obriga- ções Especiais Brutas	Amorti- zação Acum.	Obriga- ções Especiais Líquidas
Distribuição	1.059	10.569	10.217	-	-	1.411	352	-	1.411	1.059	-	-	-
Máquinas e equipamentos	167	3.485	3.622	-	-	29	(137)	-	29	167	-	-	-
Outros	892	7.084	6.594	-	-	1.382	490	-	1.382	892	-	-	-
Administração	-	781	781	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	35	35	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	746	746	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	1.059	11.350	10.997	-	-	1.411	352	-	1.411	1.059	-	-	-
Total do Ativo Imobilizado	41.462	15.724	12.315	-	-	44.872	3.409	(13.116)	31.756	29.180	-	-	-

A composição do intangível é como segue:

Ativo Intangível em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe- rências (C)	Reava- liação	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amorti- zação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
Distribuição	234	-	-	-	-	234	-	(179)	55	89
Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	234	-	-	-	-	234	-	(179)	55	89
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	20	-	-	-	-	20	-	(17)	3	5
Softw ares	20	-	-	-	-	20	-	(17)	3	5
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	255	-	-	-	-	255	-	(196)	58	94
Ativo Intangível em Curso - R\$ Mil										
Distribuição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do Ativo Intangível	255	-	-	-	-	255	-	(196)	58	94

A composição da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição é como segue:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Reava- liação	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)
AIS Bruto	38.511	3.614	1.203	-	-	40.923	2.412
Transformador de Distribuição	6.516	287	440	-	-	6.363	(153)
Medidor	1.674	136	129	-	-	1.681	7
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	6.936	988	173	-	-	7.752	815
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	15.468	2.128	401	-	-	17.194	1.726
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	5.563	-	-	-	-	5.563	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	2.353	75	59	-	-	2.369	16
	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações Especiais do AIS Bruto	1.632	35	-	-	-	1.667	35
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D,	1.632	35	-	-	-	1.667	35
Universalização	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Originadas da Receita	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-

	2019			2018	
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Distribuição	4,45	42.241	12.688	29.553	27.790
Custo histórico	3,82	35.400	8.803	26.597	24.368
Correção monetária especial		-	-	-	-
Reavaliação	5,08	6.841	3.885	2.956	3.422
Administração	3,79	1.474	624	850	425
Custo histórico	3,98	1.786	843	943	524
Correção monetária especial		-	-	-	-
Reavaliação	3,59	(312)	(219)	(93)	(99)
Comercialização		-	-	-	-
Custo histórico		-	-	-	-
Correção monetária especial		-	-	-	-
Reavaliação		-	-	-	-
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		-	-	-	-
Custo histórico		-	-	-	-
Reavaliação		-	-	-	-
		43.715	13.312	30.403	28.215
Em curso					
Geração		-	-	-	-
Transmissão		-	-	-	-
Distribuição		-	-	1.411	1.059
Administração		-	-	-	-
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		-	-	-	-
		-	-	1.411	1.059
		43.715	13.312	31.814	29.274

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Juros Capitalizados	Depreciação/ Amortização	Outros Gastos	Total
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-
Reservatórios, Barragens e Adutoras	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	68	628	-	-	-	-	696
Máquinas e Equipamentos	2.626	630	264	-	-	-	3.520
Móveis e Utensílios	35	3	-	-	-	-	38
Veículos	302	-	-	-	-	-	-
A Ratear	-	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento de Projetos	-	-	-	-	-	-	-
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais	25	27	-	-	-	-	52
Material em Depósito	3.215	-	-	-	-	-	3.215
Compras em Andamento	3.369	-	-	-	-	-	3.369
Adiantamentos a Fornecedores	157	-	-	-	-	-	157
Depósitos Judiciais	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Total das Adições	9.798	1.288	264	-	-	-	11.350

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 674/2015 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Distribuição	
Banco de capacitores classe de tensão inferior a 69KV	6,67%
Chave de distribuição classe de tensão inferior a 69KV	6,67%
Condutor do sistema classe de tensão inferior a 69KV	3,57%
Estrutura (poste) do sistema	3,57%
Regulador de tensão classe de tensão inferior a 69KV	4,35%
Transformador de classe de tensão inferior a 69KV	4,00%
Administração central	
Servidor ML 350P - Equipamento geral de informatica	16,67%
Servidor ML 350P - Equipamento geral de informatica	5,88%
Sistema de cabo de fibra optica - Sistema de comunicação local	6,67%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a

desvinculação de bens das Permissões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à Permissão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na permissão.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Controladora	
Descrição do bem	em R\$ mil
1. EXPANSÃO REDE MT C/TRAFO TRIF. MORRO DA LAGOA - URUSSANGA/SC - PROC. Nº 1810/19	315
2. EXPANSÃO REDE MT C/TRAFO TRIF. RIO CAETÉ ALTO - URUSSANGA/SC - PROC. Nº 9008/19	300
3. EDIFICAÇÃO C/ 3 SALAS / 2 BWC / COZINHA ÁREA 318,6 M² COCAL DO SUL/SC - PROC. Nº 4056/19	247
4. EXPANSÃO REDE MT C/TRAFO TRIF. BELVEDERE - URUSSANGA/SC - PROC. Nº 17146/18	214
5. EXPANSÃO REDE MT C/TRAFO TRIF. L. BRAÇO COCAL - COCAL DO SUL/SC - PROC. Nº 11338/19	214
6. VEÍCULO TOYOTA HILUX 4X4 - BRANCA - 2019/2020 - CHASSI 8AJFA8CBOL2007847 - PROC. Nº 12931/19	209
7. EXPANSÃO SUBST. REDE MT E ESTR. RIO AMÉRICA/BELVEDERE - URUSSANGA/SC - PROC. Nº 15808/18	169
8. EXPANSÃO DESLOC. REDE MT E C/TRAFO E COND. SANTANINHA - URUSSANGA/SC - PROC. Nº 12460/19	165
9. RENOVAÇÃO DESLOC. REDE MT P/ESTRADA SANTANINHA - URUSSANGA/SC - PROC. Nº 11402/19	159
10. EXPANSÃO REDE MT C/TRAFO TRIF. BELVEDERE - URUSSANGA/SC - PROC. Nº 6770/19	99

As dez principais baixas (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Controladora	
Descrição do bem	em R\$ mil
1. EXPANSÃO REDE MT C/TRAFO TRIF. RIO CAETÉ ALTO - URUSSANGA/SC - PROC Nº 9008/19	97
2. EXPANSÃO DESLOC. REDE MT E C/TRAFO E COND. SANTANINHA - URUSSANGA/SC - PROC Nº 12460/19	65
3. DESATIVAÇÃO DE PICK UP FIAT STRADA FIRE ANO 2009/2010 PLACA MGR 4006 - PROC. Nº 21341/19	55
4. DESATIVAÇÃO DE LINHAS E REDES DE DIST. ÁREA URBANA - PROC. Nº 18250/18	54
5. EXPANSÃO SUBST. REDE MT E ESTR. RIO AMÉRICA/BELVEDERE - URUSSANGA/SC - PROC Nº 15808/18	49
6. EXPANSÃO REDE MT C/TRAFO TRIF. L. BRAÇO COCAL - COCAL DO SUL/SC - PROC Nº 4513/19	47
7. DESATIVAÇÃO DE FIAT PALIO ELX ANO/MOD 2004 PLACA MEM 9852 - PROC. Nº 21734/19	46
8. DESATIVAÇÃO DE LINHAS E REDES DE DIST. ÁREA RURAL - PROC. Nº 14601/19	44
9. DESATIVAÇÃO DE PICK UP FIAT STRADA FIRE ANO 2005/2006 PLACA MCP 4944 - PROC. Nº 13977/19	41
10. DESATIVAÇÃO DE MEDIDORES ÁREA URBANA - PROC. Nº 18978/19	41

6. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

Demais ativos e passivos financeiros setoriais

Neutralidade da Parcela “A”

É o valor apurado referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de permissão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da parcela “A”.

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2018	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2019	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVA energ)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	349	4.012	4.036	-	-	325	-	-	-	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	-	15	15	-	-	-	-	-	-	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros - Reembolsos do Fundo CDE	349	3.998	4.022	-	-	325	-	-	-	-
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	349	4.012	4.036	-	-	325	-	-	-	-

A movimentação das contas de Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2018	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2019	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Passivos Financeiros Setoriais	269	1.980	1.198	-	-	1.052	50	123	(74)	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	96	235	159	-	-	172	50	123	(74)	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Devoluções Tarifárias	-	461	-	-	-	461	-	-	-	-
Adicional Bandeiras	174	1.284	1.039	-	-	419	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Passivos Financeiros Setoriais	269	1.980	1.198	-	-	1.052	50	123	(74)	-

7. Empréstimos e Financiamentos

Abertura do Endividamento – R\$ Mil

A permissionária não possui empréstimos e ou financiamentos no exercício.

Abertura dos Ativos Financeiros – R\$ Mil

LIN	INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pcto Juros	Frequência Pcto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização					
															2018	2019	2020	2021+	Total
9	Ativos Financeiros	-	1.354	-	1.354										-	-	-	-	-
9.1	Caixa e Aplicações Financeiras	-	1.354	-	1.354	Selecionar	Selecionar			Selecionar			Selecionar	Selecionar	-	-	-	-	-
9.1.1	Saldo Final de Caixa - Conta 101	-	661	-	661	sim									-	-	-	-	-
9.1.2	Aplic. Financ. CDB	-	-	-	-	sim	CDB DI	-	Diária	Diária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
9.1.3	Aplic. Financ. Fundos DI	-	693	-	693	sim	CDI	-	Diária	Diária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
9.1.4	Aplic. Financ. Outros Fundos de Invest.	-	-	-	-	sim	CDI	-	Diária	Diária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
9.1.5	Aplic. Financ. ou Ativo Financ. 01	-	-	-	-										-	-	-	-	-
9.1.6	Aplic. Financ. ou Ativo Financ. 02	-	-	-	-										-	-	-	-	-
9.2	Mútuos Ativos	-	-	-	-	Selecionar	Selecionar			Selecionar			Selecionar	Selecionar	-	-	-	-	-
9.2.1	Mútuo 01	-	-	-	-										-	-	-	-	-
9.2.6	Mútuo 02	-	-	-	-										-	-	-	-	-

Abertura dos Instrumentos Derivativos – R\$ Mil

A permissionária não possui instrumentos derivativos no exercício.

Composição do Endividamento e Dívida Líquida - R\$ Mil

RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2019	Total 2018
Dívida Bruta	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	-	-	-	-
Tributária	-	-	-	-	-
Fundo de Pensão	-	-	-	-	-
Intrasetoriais	-	-	-	-	-
Mútuos Passivos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-
Intrasetoriais Corrente em Atraso	-	-	-	-	-
Tributária Corrente em Atraso	-	-	-	-	-
Derivativos a Pagar	-	-	-	-	-
Ativos Financeiros	1.354	-	-	1.354	1.527
Alta Liquidez	661	-	-	661	503
Demais Aplicações Financeiras	693	-	-	693	1.024
Derivativos a Receber	-	-	-	-	-
Mútuos Ativos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
Dívida Líquida	-	-	-	-	-

8. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias não são demonstrados porque a permissionária não apurou Imposto de Renda e Contribuição Social no exercício.

Isto ocorre porque está inclusa no regime tributário de apuração do lucro real, não tributou operações com associados, isentos na forma determinada pela Lei nº 5.764/91.

9. Provisões para Litígios

R\$ Mil	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Ambientais	Regulatórios	Outros	Total
Saldos em 31/12/2018	559	209	1.633	-	-	-	2.401
Constituição	132	43	-	-	-	-	175
Baixas/reversão	379	26	-	-	-	-	405
Atualização	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2019	312	226	1.633	-	-	-	2.171

10. Obrigações vinculadas à Permissão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à permissão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Segue a composição destas obrigações:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação - Taxa Média Anual	Custo Histórico	Correção Monetária Especial	Reavaliação	Total
Em serviço	-	1.667	-	-	1.667
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	3,94	4	-	-	4
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	3,91	1.511	-	-	1.511
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	3,94	151	-	-	151
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS	-	281	-	-	281
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	1	-	-	1
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	259	-	-	259
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	21	-	-	21
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Total	-	1.385	-	-	1.385

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
Em serviço	1.632	35	-	-	-	1.667	35	281	1.385	1.416
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	4	-	-	-	-	4	-	1	3	3
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	1.476	35	-	-	-	1.511	35	259	1.252	1.276
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	151	-	-	-	-	151	-	21	131	136
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS	216	65	-	-	-	281	65	-	281	216
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	1	0	-	-	-	1	0	-	1	1
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	200	59	-	-	-	259	59	-	259	200
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	15	6	-	-	-	21	6	-	21	15
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
Em curso	37	35	35	-	-	37	-	-	37	59
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	37	35	35	-	-	37	-	-	37	59
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Pendentes de Recebimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Não Aplicados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	1.453	69	35	-	-	1.422	100	281	1.141	1.259

As principais adições (pelo critério de valor) de obrigações especiais no exercício foram:

Controladora	
Descrição do bem	em R\$ mil
1. CONSTRUÇÃO DO LOTEAMENTO GREEN VILLAGE	35
2.	-
3.	-
4.	-
5.	-
6.	-
7.	-
8.	-
9.	-
10.	-

As principais baixas (pelo critério de valor) de obrigações especiais no exercício foram:

A permissionária não registrou baixas de obrigações especiais no exercício.

11. Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2019 e de R\$ 3.250 mil, sendo constituído de quotas-partes conforme artigo 18º do estatuto social.

“Art. 18. O capital social da Coopercocal é representado por quotas - partes no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, não tendo limite quanto ao máximo, variando conforme o número de cotas subscritas, porém nunca inferior a R\$ 1.000,00 (um mil real). ”

	2019	2018
Capital subscrito	3.266	3.234
(-) Capital a integralizar	(16)	(12)
	3.250	3.222

Reservas de Capital

Reservas de Capital	2019	2018
Remuneração do imobilizado em curso até 31/12/2019	-	-
Doações e subvenções para investimentos	-	-
Conta de resultados a compensar (CRC)	-	-
Outras	27	27
	27	27

Outros resultados abrangentes

Outros Resultados Abrangentes	2019	2018
Reavaliação regulatória	4.400	4.586
	4.400	4.586

Reservas de sobras

Reservas de Sobras	2019	2018
Reserva legal	9.760	9.477
Sobras a realizar	-	-
Reserva para investimentos	13.254	10.554
Fundo de assistência técnica educacional e social	1.097	1.097
Fundo de apoio a iluminação pública	752	752
	24.863	21.880

Sobras

Sobras	2019	2018
Sobras a disposição da AGO	993	1.283
	993	1.283

A reserva legal é constituída com base em 10% da sobra líquida do exercício atendendo ao estatuto social e legislação societária.

Ajustes de exercícios anteriores

A permissionária não apresentou em suas demonstrações ajustes de exercícios anteriores.

12. Receita Operacional Bruta

Receita Bruta	Nº Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Fornecimento - Faturado	10.850	10.667	89.371	81.472	41.931	37.382
Residencial	7.989	7.860	20.466	19.527	10.666	9.170
Industrial	391	387	48.690	42.621	22.074	20.140
Comercial	914	882	8.536	8.031	4.907	4.264
Rural	1.400	1.384	5.940	5.715	2.187	1.892
Poder público	128	128	841	786	471	397
Poder público Iluminação pública Serviço público	-	-	-	-	-	-
Iluminação pública	9	9	4.024	4.039	1.317	1.228
Serviço público	19	17	874	753	310	290
Suprimento Faturado					-	-
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	10.851	10.667	6.912	10.775	2.359	2.126
Consumidores Cativos	10.850	10.666				-
Consumidores Livres	1	1	6.912	10.775	2.359	2.126
Encargos de conexão de agentes de geração						-
Permissionárias						-
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado						-
(-) Transferências					-	-
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda					-	-
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos					-	-
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Difer. Perdas Regulatórias						
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado					177	43
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva						
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução						
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Financeiros Setoriais					(74)	264
Serviços Cobráveis					16	17
Subvenções vinculadas ao serviço concedido					3.996	3.947
Total					48.405	43.780

13. Compra e venda de energia elétrica de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica– CCEE

Nos exercícios de 2019 e 2018, a Coopercocal não efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

14. Pessoal e Administradores

Pessoal e Administradores	2019	2018
Pessoal	6.820	5.834
Remuneração	3.846	3.457
Encargos	1.473	1.245
Previdência privada - Corrente	-	-
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial	-	-
Programa de demissão voluntária	-	-
Despesas rescisórias	92	74
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	-	-
Outros benefícios - Corrente	964	710
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	-	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Outros	445	349
Administradores	445	451
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	431	441
Benefícios dos administradores	14	10
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Total	7.265	6.286

15. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social

A permissionária não apurou Imposto de Renda e Contribuição Social no exercício, pois esta inclusa no regime tributário de apuração do lucro real, não tributou operações com associados, isentos na forma determinada pela Lei nº 5.764/91.

16. Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

A permissionária não atua nos negócios de geração, transmissão e comercialização.

Principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações por Unidades de Negócio:

A permissionária possui somente uma Unidade de Negócio.

Receita da unidade	G	T	D	ANV	Total
Geração - G	-	-	-	-	-
Transmissão - T	-	-	-	-	-
Distribuição - D	-	-	48.405	-	48.405
Atividades não vinculadas - ANV	-	-	-	-	-
	-	-	48.405	-	48.405

Conciliação das demonstrações de resultado

	Unidade de negócio		
	Outorgada	Diferença	
Receita	48.405	48.405	-
Deduções da receita	15.114	15.114	-
Receita líquida	33.291	33.291	-
Gastos	30.989	30.989	-
Resultado do serviço	2.474	2.474	-
Sobras antes da tributação e participações	2.835	2.835	-
Sobras líquidas (perdas) do exercício	2.835	2.835	-

17. Revisão e Reajuste Tarifário

17.1. Revisão Tarifária Periódica

Através da Audiência Pública nº 062/2015, foram discutidas alterações na estrutura tarifária das permissionárias, a serem aplicadas em grande parte na próxima revisão tarifária. Essas alterações foram consolidadas na alteração dos Submódulos 8.1, 8.2, 8.3 e acrescentou o Submódulo 8.4 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, aprovado pela Resolução Normativa nº 704, de 28 de março de 2016.

Através de aditivo de contrato a permissionária aderiu a metodologia do Submódulo 8.4 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, aprovado pela Resolução Normativa nº 704, de 28 de março de 2016, já aplicado aos reajustes tarifários ocorridos no exercício.

17.2. Reajuste Tarifário Anual

No reajuste anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as empresas distribuidoras de energia elaboram os pleitos para reajuste das tarifas de energia elétrica, com base em fórmula definida no contrato de permissão, que considera para os custos não gerenciáveis (Parcela A), as variações incorridas no período entre reajustes e, para os custos gerenciáveis (Parcela B), a variação do IPCA, ajustado pela aplicação do Fator X, conforme mencionado no parágrafo anterior.

17.3. Composição da Base de Remuneração Regulatória

Para a avaliação dos ativos das permissionárias vinculados à permissão do serviço público de distribuição de energia elétrica, visando à definição da base de remuneração no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTP vigente devem ser observadas as seguintes diretrizes:

- a) A base de remuneração aprovada no CRTP anterior deve ser “blindada”. Entende-se como base blindada os valores aprovados por laudo de avaliação ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações;
- b) As inclusões entre as data-base do CRTP vigente e anterior, desde que ainda em operação, compõem a Base Incremental e são avaliadas no processo de revisão tarifária do CRTP vigente;
- c) Os valores finais da avaliação são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada (item a) com os valores das inclusões ocorridas entre as data-base do segundo e terceiro ciclos de revisão tarifária – base incremental (item b);
- d) Considera-se como data-base do laudo de avaliação o último dia do sexto mês anterior ao mês da revisão tarifária do CRTP vigente; e

e) A base de remuneração deverá ser atualizada pela variação do IPCA, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária.

Os ativos vinculados à permissão do serviço público de distribuição de energia elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no serviço público de distribuição de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração aqueles ativos que compõe a Base de Anuidade Regulatória – BAR.

Registra-se que como a Coopercocal as permissionárias aderentes ao PRORET 8.4 não estão sujeitas a esta metodologia de ajustes de ativos.

A tabela a seguir resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração.

Descrição	Valores
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	31.413
(2) Índice de Aproveitamento Integral	0
(3) Obrigações Especiais Bruta	0
(4) Bens Totalmente Depreciados	769
(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	30.645
(6) Depreciação Acumulada	9.266
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	0
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	0
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	0
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	22.147
(10) Almoxarifado em Operação	94
(11) Ativo Diferido	0
(12) Obrigações Especiais Líquida	0
Descrição	Valores
(13) Terrenos e Servidões	0
(14) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(6)-(8)+(10)+(11)-(12)+(13)	22.241
(15) Saldo RGR PLPT	0
(16) Saldo RGR Demais Investimentos	0
(17) Taxa de Depreciação	4%
(18) Quota de Reintegração Regulatória	1.226
(19) WACC real antes de impostos	3,77%
(20) Taxa RGR PLPT	0
(21) Taxa RGR Demais Investimentos	0
(22) Remuneração do Capital (15)*(20)+(16)*(21)+[(14)-(15)-(16)]*(19)	839

Observa-se que os valores constantes da tabela são os constantes da revisão tarifária de 1º ciclo visto que para a revisão de 2º ciclo não foi necessário a apresentação de laudo de ativos por conta da adesão da permissionária ao PRORET 8.4.

17.4. Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis - CAIMI.

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo.

Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.

A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIMI

Descrição	Valores
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	1.475
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	369
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	369
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	738
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	20
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	60
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	153
(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)	233

Também os custos referentes ao CAIMI não estão atualizados não se fazendo necessário tal pratica por conta do PRORET 8.4.

17.5. Ajuste da parcela “B” em Função de Investimentos Realizados

A metodologia aplicada a permissionária não prevê ajuste da parcela B em função dos investimentos realizados.

A nova metodologia foi instituída na regularização do Submódulo 8.4 do PRORET, aprovado pela Resolução Normativa nº 704/2016.

17.6. Resumo da Revisão Tarifária (ou Reajuste Tarifário)

Aplicando-se as metodologias definidas no Módulo 10.3 do PRORET, que trata da revisão tarifária das permissionárias de distribuição de energia elétrica, a revisão tarifária da Coopercocal é sintetizada na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens da receita requerida da permissionária, as outras receitas, os componentes financeiros e a receita verificada. A tabela apresenta também o quanto cada item de receita contribui para o reposicionamento tarifário apresentado.

Descrição	Receita Último IRT (R\$)	Receita Verificada (R\$)	Revisão (R\$)	Var Projetado (%)	Impacto na Revisão Tarifária (%)	Part. Receita (%)
1. PARCELA A (1.1 + 1.2 + 1.3)	22.983	-	-	-	-	60,15
1.1. Encargos Setoriais	5.798	-	-	-	-	15,17
RGR	-	-	-	-	-	-
CCC	-	-	-	-	-	-
TFSEE	72	-	-	-	-	0,19
CDE	4.849	-	-	-	-	12,69
PROINFA	877	-	-	-	-	2,29
P&D (Eficiência Energética)	-	-	-	-	-	-
NOS	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-
1.2. Transmissão	5.877	-	-	-	-	15,38
Rede Básica	-	-	-	-	-	-
Rede Básica Fronteira Itaipu	-	-	-	-	-	-
Conexão CUSD	5.877	-	-	-	-	15,38
Outros	-	-	-	-	-	-
1.3. Compra de Energia	11.308	-	-	-	-	29,60
CCEAR Existente	-	-	-	-	-	-
CCCEAR Nova	-	-	-	-	-	-
Contratos Bilaterais	11.308	-	-	-	-	29,60
Itaipu	-	-	-	-	-	-
2. PARCELA B (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5)	15.226	-	-	-	-	39,85
2.1. Custos Operacionais + Anuidades	11.763	-	-	-	-	30,79
2.2. Remuneração	1.314	-	-	-	-	3,44
2.3. Depreciação	1.526	-	-	-	-	3,99
2.4. Receitas Irrecuperáveis	-	-	-	-	-	-
2.5. Outras Receitas	623	-	-	-	-	1,63
3. Reposicionamento Econômico	9,95%	-	-	-	-	-
4. Componentes Financeiros	-5,37%	-	-	-	-	-
5. Reposicionamento com Financeiros	4,58%	-	-	-	-	-
6. Financeiros Retirados do IRT anterior	1,34%	-	-	-	-	-
7. Efeito para Consumidor	10,00%	-	-	-	-	-

18. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Coopercocal seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Coopercocal seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada neste manual. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

	Nota	2019		2018			
		Regulatório	Ajustes Societário	Regulatório	Ajustes Societário		
Ativos							
Ativo circulante		8.098	-	8.098	7.960	-	7.960
Caixa e equivalentes de caixa		1.354	-	1.354	2.397	-	2.397
Consumidores	18.1	6.001	-	6.001	4.683	-	4.683
Tributos compensáveis		53	-	53	109	-	109
Depósitos judiciais e cauções		58	-	58	18	-	18
Almoarifado operacional		139	-	139	191	-	191
Ativos financeiros setoriais	18.2	325	325	-	349	349	-
Despesas pagas antecipadamente		19	-	19	12	-	12
Outros ativos circulantes		149	(325)	474	201	(349)	550
Ativo não circulante		33.996	2.872	31.124	30.932	3.324	27.608
Consumidores		25	-	25	186	-	186
Tributos compensáveis		62	-	62	67	-	67
Outros ativos não circulantes	18.3	30	(3.470)	3.500	10	(2.546)	2.556
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		2.064	-	2.064	1.395	-	1.395
Imobilizado	18.4	31.757	31.757	-	29.180	29.180	-
Intangível	18.5	58	(25.415)	25.473	94	(23.310)	23.404
Total do ativo		42.094	2.872	39.222	38.892	3.324	35.568

	Nota	2019			2018		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo							
Passivo circulante		5.534	-	5.534	4.836	-	4.836
Fornecedores		1.619	-	1.619	1.407	-	1.407
Obrigações sociais e trabalhistas		1.009	-	1.009	888	-	888
Tributos		1.131	-	1.131	769	-	769
Provisão para litígios		566	-	566	796	-	796
Encargos setoriais		30	-	30	461	-	461
Passivos financeiros setoriais	18.2	1.051	-	1.051	269	-	269
Outros passivos circulantes		128	-	128	246	-	246
Passivo não circulante		3.027	-	3.027	3.058	-	3.058
Provisão para litígios		1.605	-	1.605	1.605	-	1.605
Obrigações vinculadas à concessão do		1.422	-	1.422	1.453	-	1.453
Total do passivo		8.561	-	8.561	7.894	-	7.894
Patrimônio líquido		33.533	2.872	30.661	30.998	3.324	27.674
Capital social		3.250	-	3.250	3.222	-	3.222
Reservas de capital		27	-	27	27	-	27
Outros resultados abrangentes		4.400	4.400	-	4.586	4.586	-
Reserva de sobras		24.863	(1.436)	26.299	21.880	(1.162)	23.042
Sobras à disposição da Assembleia		993	(92)	1.085	1.283	(100)	1.383
Total do patrimônio líquido	18.8	33.533	2.872	30.661	30.998	3.324	27.674
Total do passivo e do patrimônio líquido		42.094	2.872	39.222	38.892	3.324	35.568

	2019			2018		
	Nota Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em continuidade						
Receita / Ingresso	48.405	(5.324)	53.729	43.780	(4.539)	48.319
Fornecimento de energia elétrica	42.108	74	42.034	37.690	-	37.690
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	2.359	-	2.359	2.126	-	2.126
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	(74)	(74)	-	-	-	-
Serviços cobráveis	16	-	16	17	-	17
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	3.996	-	3.996	3.947	-	3.947
Outras receitas vinculadas	-	(5.324)	5.324	-	(4.539)	4.539
Tributos	(10.370)	-	(10.370)	(9.346)	-	(9.346)
ICMS	(10.370)	-	(10.370)	(9.346)	-	(9.346)
Encargos - Parcela "A"	(4.744)	-	(4.744)	(4.400)	-	(4.400)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(3.391)	-	(3.391)	(2.457)	-	(2.457)
Taxa de fiscalização Compensação Financeira pela	(69)	-	(69)	(66)	-	(66)
Outros encargos	(1.284)	-	(1.284)	(1.877)	-	(1.877)
Receita líquida / Ingresso líquido	33.291	(5.324)	38.615	30.034	(4.539)	34.573
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(18.131)	-	(18.131)	(15.508)	-	(15.508)
Energia elétrica comprada para revenda	(11.251)	-	(11.251)	(8.899)	-	(8.899)
Energia elétrica comprada para revenda – Proinfa	(837)	-	(837)	(892)	-	(892)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	(6.043)	-	(6.043)	(5.717)	-	(5.717)
Resultado antes dos custos gerenciáveis	15.160	(5.324)	20.484	14.526	(4.539)	19.065
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(12.858)	4.165	(17.023)	(11.032)	3.754	(14.786)
Pessoal e administradores (inclui 445 de remuneração a administradores)	(7.265)	-	(7.265)	(6.286)	-	(6.286)
Entidade de previdência privada	-	-	-	-	-	-
Material	(1.517)	-	(1.517)	(1.431)	-	(1.431)
Serviços de terceiros	(1.625)	-	(1.625)	(1.333)	-	(1.333)
Arrendamento e aluguéis	(2)	-	(2)	(2)	-	(2)
Seguros	(49)	-	(49)	(42)	-	(42)
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-
Provisões	(395)	-	(395)	(222)	-	(222)
Recuperação de despesas	150	150	-	144	144	-
Tributos	(55)	-	(55)	(31)	-	(31)
Depreciação e amortização	(1.571)	(265)	(1.306)	(1.490)	(287)	(1.203)
Gastos diversos da atividade vinculada	(529)	4.280	(4.809)	(339)	3.897	(4.236)
Outras Receitas Operacionais	894	894	-	498	498	-
Outras Gastos Operacionais	(722)	-	(722)	(505)	-	(505)
Resultado da Atividade	2.474	(265)	2.739	3.487	(287)	3.774
Equivalência patrimonial						
Resultado Financeiro	361	-	361	177	-	177
Despesas financeiras	(27)	-	(27)	(38)	-	(38)
Receitas financeiras	388	-	388	215	-	215
Lucro antes dos impostos sobre o lucro	2.835	(265)	3.100	3.664	(287)	3.951
Despesa com impostos sobre os lucros	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido das operações em continuidade	2.835	(265)	3.100	3.664	(287)	3.951
Operações descontinuadas						
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	2.835	(265)	3.100	3.664	(287)	3.951

18.1. Consumidores

Não houve ajustes para o grupo.

18.2. Ativos e passivos financeiros setoriais

Não houve ajustes para o grupo.

18.3. Ativos financeiros da permissão

Os ajustes são decorrentes da contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito de receber indenização. Estes lançamentos foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios. Na contabilidade regulatória esse valor faz parte do ativo imobilizado.

A diferença é constituída de bens com duração acima da data prevista para o encerramento do contrato de permissão.

18.4. Imobilizado

18.4.1. Reavaliação compulsória

Os ajustes são resultantes de aplicação do VNR (Valor Novo de Reposição) advindos do laudo de avaliação do 1º CRT que não é aceito na contabilidade societária.

18.4.2. Depreciação

Os ajustes são resultantes de aplicação do VNR (Valor Novo de Reposição) advindos do laudo de avaliação do 1º CRT que não é aceito na contabilidade societária.

18.5. Intangível

18.5.1. Reavaliação compulsória

Não houve ajuste no grupo do intangível sendo os valores idênticos a contabilidade societária e regulatória

18.5.2. Depreciação

Não houve ajuste no grupo do intangível sendo os valores idênticos a contabilidade societária e regulatória.

18.6. Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

18.6.1. Reavaliação compulsória

Não houve ajustes visto que a permissionária não possui obrigações vinculadas a permissão em serviço.

18.6.2. Amortização

Não houve ajustes visto que a permissionária não possui obrigações vinculadas a permissão em serviço.

18.7. Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)

18.7.1. Ativo financeiro

Não houve efeitos de contabilização de contratos de permissão (ICPC 01).

18.7.2. Ativo intangível

Não houve efeitos de contabilização de contratos de permissão (ICPC 01).

18.7.3. Receita e Custo de construção (resultado)

Os ajustes são decorrentes da aplicação do ICPC 01 e OCPC 05, que por se tratar de ativo imobilizado em curso que já é vinculado a permissão, deve ser reconhecido conforme aplicação do IFRS como RECEITA DE CONSTRUÇÃO e CUSTO DE CONSTRUÇÃO do ativo intangível da permissão.

18.7.4. Remuneração do ativo financeiro (resultado)

Não foi aplicado nos anos de 2019 e 2018 qualquer remuneração aos ativos financeiros.

18.7.5. Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Não houve registro de ajuste a impostos e contribuições diferidos, visto que a permissionária opera com associados que tem o privilégio fiscal da isenção.

18.8. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2019	2018
Saldos no início do exercício	30.661	27.674
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	2.872	3.324
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	-
Ativos e passivos financeiros setoriais	-	-
Reavaliação regulatória compulsória	4.400	4.586
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória	-	-
Diferença reserva de sobras	(1.435)	(1.162)
Diferença sobras a disposição AGO	(93)	(100)
....	-	-
....	-	-
....	-	-
....	-	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	-	-
Saldos no fim do exercício	33.533	30.998

Os efeitos constatados a título de Reavaliação Regulatória Compulsória, referem-se a reversão da Reserva de Reavaliação Regulatória Compulsória, já que a mesma não é aceita pelas normas da Contabilidade Internacional, e, sendo revertida contra as contas correspondentes do Ativo Imobilizado em Serviço.

Com relação ao destaque da Depreciação da reavaliação Regulatória Compulsória, bem como os efeitos IFRS em outras reservas de capitais, referem-se a reversão da realização da reserva regulatória compulsória ocorrida na Contabilidade Regulatória, revertida conforme regras da Contabilidade Internacional, e, conforme orientação dos auditores, representada como diferenças IFRS em outras Reservas de capital.

18.9. Conciliação das sobras líquidas societário e regulatório

	2019	2018
Sobras (perdas) líquido conforme contabilidade societária	3.100	3.951
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	(265)	(287)
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	-
Ativos e passivos financeiros setoriais	-	-
Reavaliação regulatória compulsória	-	-
Depreciação – reavaliação regulatória compulsória	(265)	(287)
Diferença de receita neutralidade	-	-
Diferença de variações monetária	-	-
....	-	-
...	-	-
.....	-	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	-	-
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	2.835	3.664

Depreciação – Reavaliação Regulatória Compulsória: Trata-se da reversão das cotas de depreciação da reavaliação regulatória compulsória, realizadas no exercício de 2019, cujos efeitos não são reconhecidos na Contabilidade Societária.

19. Formação Básica das Notas Explicativas

As notas explicativas da administração, parte integrantes destas Demonstrações Contábeis foram redigidas obedecendo rigorosamente a Legislação pertinente e teve autorização para sua divulgação 09/06/2020 pelo Conselho de Administração, não podendo os senhores sócios proceder nenhuma alteração após sua divulgação. As bases para elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil as Políticas Contábeis específica para o setor elétrico e estão todas apresentadas em (R\$/mil).

Altair Lorival de Mélo
Presidente
CPF 344.212.629-00

Diogo de Fáveri Ramos
Contador
CRC/SC 033492/O-6

BALANÇO SOCIAL

Balanço social 2019

A Responsabilidade Social é fundamental para o desenvolvimento da sociedade. Ciente de sua responsabilidade a Coopercocal tem atuado por meio de programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural praticando diversas ações a fim de contribuir para o bem-estar da comunidade.

Projeto Mulheres Artesãs - O projeto tem como objetivo capacitar mulheres associadas e consumidoras da área de atuação da Coopercocal no desenvolvimento e criação de artesanatos. Estimulando o reaproveitamento de resíduos naturais através da reciclagem e propiciando novas perspectivas quanto ao desenvolvimento pessoal e social de cada participante.

Projeto Cooperar e Preservar - O projeto, consiste em reutilizar cruzetas retiradas das redes de energia e sem mais utilidade para a confecção de bancos e cachepôs, que são doados a praças municipais e escolas da área de atuação da cooperativa, tendo o intuito de despertar o interesse da sociedade pela preservação do meio ambiente. Com o slogan "*Há sempre mais um modo de usar o que a natureza nos dá*". A ação busca minimizar os impactos ambientais e a preservação dos recursos naturais através da reciclagem.

Estendendo a todos os benefícios da eletricidade

A manutenção da universalização do atendimento ao benefício de distribuição de energia elétrica a nossos associados consumidores, caracteriza a marca de extrema relevância da atuação social.

Preservando e restaurando o meio ambiente

Rede compacta ou linha verde

É o sistema de rede de distribuição protegido desenvolvido para substituir a rede convencional, onde a arborização é muito rica. O sistema é composto por cabos de alumínio recobertos por uma camada protetora.

Com a compactação da rede, a necessidade e a frequência de poda de árvores em torno dos condutores são substancialmente reduzidas. A cooperativa continua ampliando sua extensão de rede utilizando condutores semi-isolado, totalizando 75,11 km em 2019, representando um aumento de 30,56% com relação ao mesmo período de 2018.

Filantropia e trabalho voluntário

Acordo com instituições filantrópicas

A cooperativa continua celebrando acordo com instituições filantrópicas para arrecadar doações de consumidores via nota fiscal de fornecimento de energia. A cobrança é incluída na fatura mediante autorização expressa do consumidor sem ônus as entidades beneficiadas.

A manutenção do uso de nosso sistema de faturamento para facilitar e estimular as doações de recursos a instituições filantrópica caracteriza um nobre trabalho de caráter social.

Doações do FATES

O FATES – Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social é um fundo previsto em lei constituído de 5% das sobras líquidas apuradas no exercício do ano anterior e tem como objetivo prestar assistências técnica, educacional e social aos associados e aos empregados da cooperativa, visando fortalecer o associativismo, o mutualismo e a prática dos princípios cooperativistas.

Em 2019 foram doados R\$ 209 mil, sendo os principais beneficiados a APAE de Cocal do Sul, LIONS Clube de Cocal do Sul, Hospital Nossa Senhora da Conceição de Urussanga, Bairro da Juventude de Criciúma, e o restante para associações de moradores, grupos de mulheres, grupos de idosos, grupos esportivos e entidades filantrópicas a fim de favorecer em geral grande parte da comunidade.

Comissão interna de prevenção de acidentes – CIPA

A comissão interna de prevenção de acidentes (CIPA) é uma comissão constituída por representantes indicados pelo empregador e membros eleitos pelos trabalhadores, de forma paritária na empresa, que tem a finalidade de prevenir acidentes e doenças decorrentes do trabalho, de modo a tornar compatível permanentemente o trabalho com a preservação da vida e a promoção da saúde do trabalhador.

O objetivo da CIPA é observar e relatar as condições de risco nos ambientes de trabalho e solicitar medidas para reduzir até eliminar os riscos existentes e/ou neutralizar os mesmos. Sua missão é a preservação da saúde e integridade física dos trabalhadores.

Seu papel mais importante é o de estabelecer uma relação de diálogo e conscientização, de forma criativa e participativa, entre gerentes e empregados, em relação à forma como os trabalhos são realizados, objetivando sempre melhorar as condições de trabalho, visando à humanização do trabalho e procurando atualizar-se com o que de mais moderno em questão de segurança.

Segurança no Trabalho

A conscientização para a importância do uso correto dos equipamentos e o respeito às normas de segurança são a mola propulsora das iniciativas desenvolvidas pela cooperativa para garantir a segurança de seus trabalhadores. A Coopercocal investiu e apoiou os trabalhos da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), que durante o ano de 2019 realizou atividades e vistorias com o objetivo de orientar os colaboradores quanto ao uso correto e adequado dos equipamentos de segurança (EPI's e EPC's) em suas rotinas.

A CIPA tem por objetivo observar, orientar e relatar as condições de risco nos ambientes de trabalho e solicitar medidas para reduzir e até eliminar os riscos existentes. Sua missão é a preservação da saúde e integridade física dos trabalhadores.

Semana interna de prevenção de acidentes de trabalho – SIPAT

A cooperativa promoveu na última semana de novembro a Semana da SIPAT (Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho), sendo dias dedicados a aprender mais sobre segurança no trabalho e qualidade de vida, onde foram realizadas palestras de diversos temas como: psicologia do trabalho, motivação, segurança no trabalho e Energia Solar Fotovoltaica. Essas atividades são importantes para incentivar a segurança tanto dos nossos colaboradores, quanto para a sociedade.

Informando a cooperação a todos

Desenvolvimento do cooperativismo – A Soma de Forças

O cooperativismo é um importante instrumento de desenvolvimento, agindo também como elo de ligação entre a cooperativa e cooperados. Isso, faz com que, o associado seja um agente ativo na participação, fortalecendo a atividade na cidade e no campo, pois é uma força importante para o desenvolvimento da região.

Com o objetivo de integrar o quadro social levando educação cooperativista a toda a comunidade, a Coopercocal promoveu no exercício de 2019 a palestra motivacional “Juntos somos mais fortes”, com cobertura aos associados, colaboradores e diretores registrando a presença de 253 participantes.

O tema abordou a temática sobre a importância da união e da cooperação para o fortalecimento da sociedade. Solidificando a participação e a integração das famílias no conhecimento sobre cooperativismo, criando assim um compêndio de consciência ao significado da cooperação.

Uma palestra show que levou informação, motivação e emoção transformando-se num verdadeiro espetáculo encantando a todos os presentes.

COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL
CNPJ 86.532.348/0001-45
DEMONSTRAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos milhares de reais)

	2019			2018		
	R\$	% Sobre		R\$	% Sobre	
1. Base de cálculo						
Receita Líquida (RL)	38.615			34.573		
Resultado Operacional (RO)	2.739			3.774		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	4.896			4.602		
2. Indicadores sociais internos						
	R\$	FPB	RL	R\$	FPB	RL
Alimentação - Auxílio alimentação e outros	603	12,32	1,56	426	9,26	1,23
Encargos sociais compulsórios	1.731	35,36	4,48	1.509	32,79	4,36
Saúde - Convênio assistencial e outros benefícios	254	5,19	0,66	203	4,41	0,59
Educação - Bolsa de estudo	16	0,33	0,04	21	0,46	0,06
Segurança no trabalho - CIPA e exames periódicos	15	0,31	0,04	17	0,37	0,05
Capacitação e desenvolvimento profissional	13	0,27	0,03	17	0,37	0,05
Seguro de vida	31	0,63	0,08	31	0,67	0,09
Roupas/equip. de segurança pessoal e transporte	84	1,72	0,22	112	2,43	0,32
Total	2.747	56,11	7,14	2.336	50,77	6,75
3. Indicadores sociais externos						
	R\$	RO	RL	R\$	RO	RL
Doações e contribuições	427	15,59	1,11	215	5,70	0,62
Total de contribuições para a sociedade - ICMS	10.370	378,61	26,85	9.346	247,64	27,03
Tributos (excluídos encargos sociais)	75	2,74	0,19	49	1,30	0,14
Total	10.872	396,93	28,15	9.610	254,63	27,81
4. Indicadores ambientais						
	R\$	RO	RL	R\$	RO	RL
Relacionamento com a operação da empresa						
Programa combate ao desperdício de energia elétrica	-	-	-	-	-	-
Programa pesquisa e desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programa especiais/projetos externos						
Sistema de gestão ambiental - SGA	-	-	-	-	-	-
Distribuição e plantio de mudas de árvores	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	() não possui metas	() não possui metas		() não possui metas	() não possui metas	
	() cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 0 a 50%		() cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 0 a 50%	
	() cumpre de 51 a 75%	() cumpre de 51 a 75%		() cumpre de 51 a 75%	() cumpre de 51 a 75%	
	(x) cumpre de 76 a 100%	(x) cumpre de 76 a 100%		(x) cumpre de 76 a 100%	(x) cumpre de 76 a 100%	
Rede compacta ou linha verde						
Rede compacta ou linha verde	755	27,56	1,96	677	17,94	1,96
Total	755	27,56	1,96	677	17,94	1,96

	2019	2018
	unidades	unidades
5. Indicadores do corpo funcional		
Empregados no final do período	74	74
Escolaridade dos empregados		
Superior e extensão universitária	16	16
2º grau	52	52
1º grau	6	6
Faixa etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	21	22
De 30 até 45 anos (exclusive)	37	40
Acima de 45 anos	16	12
Admissões durante o período	3	11
Mulheres que trabalham na empresa	16	16
Negros que trabalham na empresa	-	-
Portadores de deficiência física	1	1
Dependentes	61	79
Estagiários	1	4
6. Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa (R\$ mil)	10	10
Acidentes de trabalho	1	-
Nos processos de gestão da empresa os órgãos de decisão em 2016 e 2015 foram:	Assembléia geral ordinária	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos:	Conselho de administração	
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos:	CIPA	
A previdência privada contempla:	Não existem planos	
A participação nos lucros ou resultados contempla:	Não contempla	
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	Sim	
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	Participa	

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019

Senhores associados

A Cooperativa Energética Cocal - COOPERCOCAL submete à apreciação dos associados e público indistinto o Relatório Anual do Conselho de Administração, em conjunto com as Demonstrações Financeiras e pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, conforme disposições legais e estatutárias.

Mensagem da Administração

A COOPERCOCAL mantém um conjunto de práticas de relacionamento comercial com seus associados sustentado na qualidade de seu serviço de distribuição de energia elétrica, atendimento e preservação da relação de credibilidade junto aos associados.

Também continua a garantir a força de sua marca através de sua participação efetiva no desenvolvimento socioeconômico em toda sua área de atuação.

Investimos substancialmente na melhoria de redes de distribuição e qualidade e eficiência dos meios de comunicação.

A COOPERCOCAL busca novas formas de relacionamento para oferecer opções mais cômodas e ágeis de contato do associado com a cooperativa garantindo a transparência nas informações.

A política de gestão dos recursos humanos é prioridade que foi adotada de forma definitiva, resultando em melhores condições a nossos empregados o que mostra nosso balanço social.

No exercício de 2019, participamos de vários eventos a nível nacional na ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, com objetivo de aprimorar nossos conhecimentos acerca da legislação que regula o fornecimento de energia elétrica e

a inteiração das ações buscando a proposição de mudanças para as cooperativas de infraestrutura agentes do setor elétrico brasileiro.

O investimento em capacitação e treinamento de pessoal, com vistas às novas exigências regulatórias, está sendo prioritário ao nosso objetivo de capacitar para minimizar ao máximo novas contratações.

Todos os resultados alcançados, no ano de 2019, são resultantes de persistência, trabalho árduo e de muita dedicação.

Nossa integração social se expandiu com a implantação de novas tecnologias na área de comunicação integrando através da interação digital a empresa a seus associados e consumidores em toda área de atuação.

Em 2019 continuaremos a cumprir nossa missão, trabalhando de forma planejada, oferecendo energia elétrica de qualidade com continuidade, para atender as necessidades de nossos associados e consumidores.

A meta principal a ser alcançada é a recuperação total de nosso sistema de distribuição, minimizando custos com redução de perdas e melhorando a qualidade do fornecimento.

Altair Lorival de Mélo
Presidente

Antônio Costa
Vice-presidente

Nadia Guollo Bortolatto
1º Secretária

Rodrigo Zaccaron
2º Secretário

Marcelo Dalló
Membro do conselho

José Raul Furlan
Membro do conselho

Vilmar Della Bruna
Membro do conselho

Maria Salete Cittadin da Silva
Membro do conselho

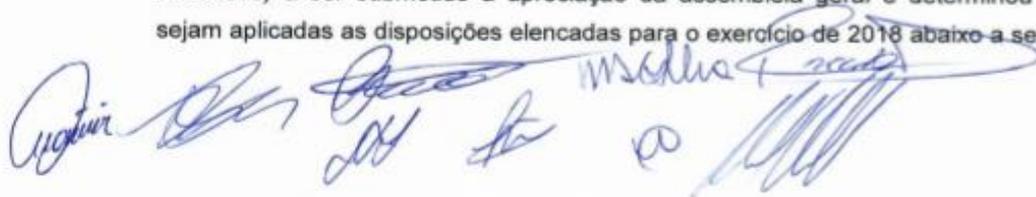
José Kissel
Membro do conselho

ATA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

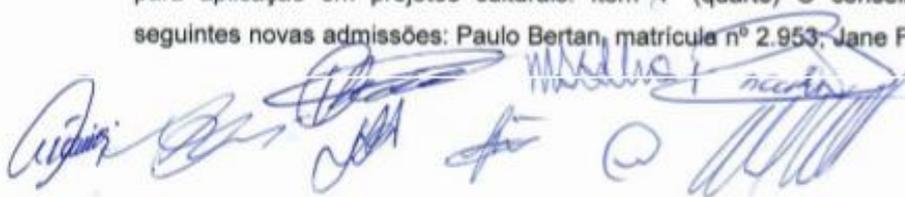
CNPJ/MF: 86.532.348/0001-45

NIRE: 424.0000057.6

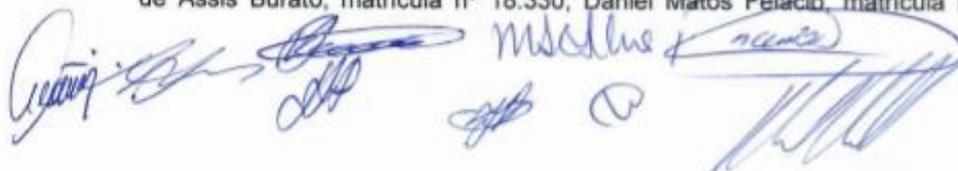
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL – COOPERCOCAL. Aos 23 (vinte e três) dias do mês de dezembro de 2.019 (dois mil e dezenove), na sede administrativa Raulino Furlan, da Cooperativa Energética Cocal – Coopercocal, sito a Av. Dr. Polydoro Santiago, nº 555, centro, município de Cocal do Sul, Estado de Santa Catarina, às 18 (dezoito) horas, reuniram-se senhores membros desse Conselho: Altair Lorival de Melo, Antonio Costa, Nádia Guollo Bortolatto, Rodrigo Zaccaron, Marcelo Dalló, José Raul Furlan, Vilmar Della Bruna, Maria Salete Cittadin da Silva e José Kissel para que juntos apreciem, discutem e votem nas deliberações a serem tomadas. O presidente Altair cumprimentou a todos e iniciou a reunião. Item 1º(primeiro) O conselho de administração determinou que a assembleia geral ordinária seja realizada no dia 14(quatorze) de fevereiro de 2.020 (dois mil e vinte) com primeira convocação para as 17(dezessete) horas e as demais com intervalo de um hora, tendo como local de realização a sede recreativa sita a estrada geral s/n, bairro linha tigre, neste município, com a seguinte ordem do dia: 1) Prestação de contas do conselho de administração acompanhado de parecer do conselho fiscal e auditoria independente referente exercício de 2019, compreendendo: a) Relatório da gestão; b) Balanço patrimonial; c) Demonstrativo das sobras apuradas no exercício de 2019; d) Parecer do conselho fiscal e parecer de auditoria independente. 2) Destinação das sobras apuradas no exercício de 2019. 3)Fixação de pró-labore e cédula de presença às reuniões do conselho de administração e conselho fiscal. 4) Aprovação de plano de investimentos para o exercício de 2020. 5) Eleição dos componentes do conselho fiscal período 2020. 6) Aprovação de condições para cobrança de créditos de terceiros nas notas fiscais de fornecimento de energia elétrica cuja atividade não seja sem fins lucrativos. (Atividades acessórias e atípicas). 7) Assuntos gerais. Também determinou que ocorrendo apresentação de mais de uma chapa a concorrer a eleição do conselho fiscal, a assembleia permanecerá em aberto até o dia seguinte as 16(dezesseis) horas para votação, a ser realizada no Colégio Professor Padre Schuler, localizado em Cocal do Sul/SC. Item 2º (segundo) O conselho de administração avaliou o Pré-balanço patrimonial de 2019 (dois mil e dezenove) a ser submetido à apreciação da assembleia geral e determinou que sejam aplicadas as disposições elencadas para o exercício de 2018 abaixo a seguir:



a) Que sejam utilizadas para a contabilidade societária as disposições legais contidas na resolução Aneel nº 605 (seiscentos e cinco) de 11 (onze) de março de 2014 (dois mil e quatorze) e suas alterações. b) Que também seja aplicada as premissas constantes na resolução Aneel nº 396 (trezentos e noventa e seis) de 26 (vinte e seis) de fevereiro de 2010 (dois mil e dez) e suas alterações que estabelecem as diretrizes do balanço regulatório em todos os seus efeitos com relação à avaliação dos ativos. c) Que seja cumprida as determinações constantes do despacho nº 4.356 de 22/12/2017 e demais despachos e orientações já editados pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica). d) Adoção das normas brasileiras de contabilidade através da ITG 2004 - Entidades cooperativas aprovada pela resolução CFC (Conselho Federal de Contabilidade) nº 2017/ITG2004 de 29/11/2017. e) Aplicação da resolução do CFC (Conselho Federal de Contabilidade) nº 2009/1255 (hum mil duzentos e cinquenta e cinco de dois mil e nove) NBC TG – 1000 (R1), que normatiza as rotinas para elaboração das demonstrações financeiras de pequenas e médias empresas. f) A não aplicação de "Impairment" redução ao valor recuperável dos bens constantes do ativo imobilizado instituído conforme NBC TG – 01(R1), CFC (Conselho Federal de Contabilidade) nº 2010/1292 (hum mil duzentos e noventa e dois de dois mil e dez) por entender que a recuperabilidade dos ativos está garantida no contrato de permissão que estabelece o valor de reversão dos bens quando de seu rompimento ou encerramento. g) Aplicação das taxas de depreciação estabelecidas nas resoluções Aneel consideradas como satisfatórias a cumprir as estimativas do custo atribuído. h) Constituir provisão para devedores duvidosos dos recebíveis conforme estabelecido nas normatizações regulatórias por entender suficientes para o equilíbrio do negócio. i) Constituir provisão de ações trabalhistas e cíveis na forma estabelecida pelos procuradores constituídos quando cabível. j) Aplicação da recomendação técnica emanada do OCPC nº 0008 conforme contrato de permissão. Também determinou que consumidores em recuperação judicial, tenham o débito total da recuperação revertido para provisão de perdas, e quando inadimplentes executados com pedido de falência ao devedor. Item 3º (terceiro) Foi aprovada a doação de recursos do FATES à Escola de Teatro Jônatas João o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para aplicação em projetos culturais. Item 4º (quarto) O conselho aprovou as seguintes novas admissões: Paulo Bertan, matrícula nº 2.953; Jane Flores Knabben,



matrícula nº 18.275; Alessandra Patricio Serafim, matrícula nº 18.276; Augusto Cesar Cardoso, matrícula nº 18.277; Maricler Terezinha Nesi Maffioletti, matrícula nº 18.278; Marina Cacciatore Fabro, matrícula nº 18.279; Zulmira Sangaleti Maffioletti, matrícula nº 18.280; Ivonete Rosso Pizzetti, matrícula nº 18.281; Janice Martins de Oliveira, matrícula nº 18.282; Patricia da Silva Marques, matrícula nº 18.283; Fabiana Da Silva Defrein, matrícula nº 18.284; Maria Lucia Rodrigues Soares, matrícula nº 18.285; Tiago Alves Martinelli, matrícula nº 18.286; Ederson De Araujo Boneli ME, matrícula nº 18.287; Valcenir Maffioletti Bonomi, matrícula nº 18.288; Albertina Maffioletti Perico, matrícula nº 18.289; Helio Paes da Silva, matrícula nº 18.290; Lucas Micael Oliveira Alves, matrícula nº 18.291; Maria Della Bruna Roque, matrícula nº 18.292; Antonia Rosso Novelli, matrícula nº 18.293; Rosguar Manutenção de Equipamentos Ltda, matrícula nº 18.294; Laurides Furlan Ricardo, matrícula nº 18.295; Renato Antonio Delfino de Medeiros, matrícula nº 18.296; Alex do Carmo Ferreira Ramos, matrícula nº 18.297; Maria Nazarita Tavares Leandro, matrícula nº 18.298; Maria de Brida Demétrio, matrícula nº 18.299; Cleide Rodrigues, matrícula nº 18.300; Anna Karina da Costa Dias, matrícula nº 18.301; Leila Bernardo de Lima, matrícula nº 18.302; Claudionor Cirilo Alves do Nascimento, matrícula nº 18.303; Antonio Eugenio Niero, matrícula nº 18.304; Dalciria Nesi Locatelli, matrícula nº 18.305; Ana Paula Feijo, matrícula nº 18.306; Thais Rosso, matrícula nº 18.307; Maria Elena Gregorio Ramos Maccari, matrícula nº 18.308; Elmo Rovani Rosa dos Santos, matrícula nº 18.309; Taina Silveira Pinto Couto, matrícula nº 18.310; Rosemeri da Silva Salvan, matrícula nº 18.311; José Adilson Correa, matrícula nº 18.312; Tamara de Jesus, matrícula nº 18.313; Risalete Maria Mazuco Cancelier, matrícula nº 18.314; Alvair Maffioletti Aliati, matrícula nº 18.315; Ronaldo de Souza Borges, matrícula nº 18.316; Companhia Catarinense de Aguas e Saneamento Casan, matrícula nº 18.317; Maria Paseto Rezin, matrícula nº 18.318; José Antonio Zanette, matrícula nº 18.319; Rosana Jung, matrícula nº 18.320; Ana Maria Feuser Eyng, matrícula nº 18.321; Marivaldo Wanderlind Fernandes, matrícula nº 18.322; Leonir Zanette Cechinel, matrícula nº 18.323; Karina Silva de Mello, matrícula nº 18.324; Wagner Guollo Cizenski, matrícula nº 18.325; Marlizi Gazzolla, matrícula nº 18.326; Idite Beninca Cittadin, matrícula nº 18.327; Dilva Candioto Aleixo Magagnin, matrícula nº 18.328; Alberto Silveira Junior, matrícula nº 18.329; Joseane Cardoso de Assis Burato, matrícula nº 18.330; Daniel Matos Felacio, matrícula nº 18.331;



Relojoaria e Otica Fritzen Ltda, matrícula nº 18.332; Olga Geme Durante Saviato, matrícula nº 18.333; Idanir Rosso Burigo, matrícula nº 18.334; Robson Fernando Moreira da Silva, matrícula nº 18.335; Jocelia de Jesus, matrícula nº 18.336; Loureni Maciel Henrique, matrícula nº 18.337; Costodia Savi Mondo Rosso, matrícula nº 18.338; Pedro Joaquim dos Santos, matrícula nº 18.339; Denis Della Bruna, matrícula nº 18.340; Gregori Diorges Ferro, matrícula nº 18.341; Anderson Folle Casagrande, matrícula nº 18.342; Moliom Moise, matrícula nº 18.343; Marilete Schepers Ricardo, matrícula nº 18.344; Elucir Bez Batti Muttini, matrícula nº 18.345; Rosinaide Lourenço Zuchinalli, matrícula nº 18.346; Eloi Zavarise, matrícula nº 18.347; Zenaide Donato Zuchinalli, matrícula nº 18.348; Nilza Dorvalina Marcelino Sérgio, matrícula nº 18.349; Zulinda Stangherlin Gloagliotto, matrícula nº 18.350; Janete Daboit Motta Bonot, matrícula nº 18.351; Guilherme Casagrande de Assis, matrícula nº 18.352; Damares Bezerra de Andrade, matrícula nº 18.353; Jeci Jung Sangaletti, matrícula nº 18.354; Dalvan Germano Gomes de Oliveira, matrícula nº 18.355; Janice Menegon Guollo, matrícula nº 18.356; Diego Cardozo de Jesus, matrícula nº 18.357; Maria de Mattia Bez Birolo, matrícula nº 18.358; Alex Sandro dos Santos, matrícula nº 18.359; Vanilda Fatima Rosso Sartor, matrícula nº 18.360, todos com as quotas-parte mínima prevista pelo Estatuto Social. Item 5º (quinto) O conselho aprovou também as seguintes demissões: João Manoel Saturno Demétrio, matrícula nº 11.135; Walmir Angelo Zanette, matrícula nº 1.592; Juventino Cechinei, matrícula nº 636; Adelar Cizenski, matrícula nº 5.889; Angelo Saviato, matrícula nº 361; Maria Joceli da Silva Henrique, matrícula nº 11.712; Dante Sérgio, matrícula nº 4.013; Salvino Sangaletti, matrícula nº 4.277; Hilton Rodrigues de Souza, matrícula nº 199; Mariane Medeiros Ronconi, matrícula nº 16.807. Nada mais havia a se tratar, deu-se por encerrada a presente reunião. Para constar lavrei a presente ata, que após lida se aprovada vai assinada por mim secretária Nadia Guollo Bortolato e pelos demais conselheiros presentes.



Nadia Guollo Bortolato
1ª Secretária

Cocal do Sul, 23 de dezembro de 2019.



Altair Lorival de Melo
Presidente



Rodrigo Zaccaron
2º Secretário



Antonio Costa
Vice-presidente



Marcelo Dalló
1º Conselheiro



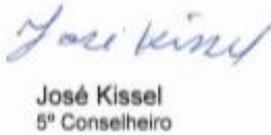
José Raul Furlan
2º Conselheiro



Vilmar Della Bruna
3º Conselheiro



Maria Salete Cittadin da Silva
4º Conselheiro



José Kissel
5º Conselheiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

PARECER DO CONSELHO FISCAL

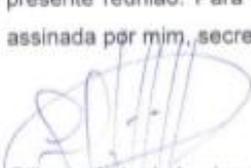
CNPJ/MF: 86.532.348/0001-45

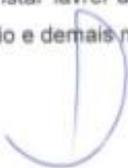
NIRE: 424.0000057.6

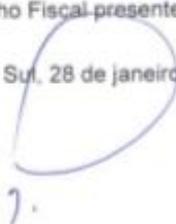
Ata da reunião do Conselho Fiscal da Cooperativa Energética Cocal - COOPERCOCAL, realizada no dia 28 de janeiro de 2020, com parecer das Demonstrações Financeiras do exercício de 2019.

Aos vinte e oito dias do mês de janeiro de dois mil e vinte, na sede da Cooperativa Energética Cocal - COOPERCOCAL, às 18:00 (dezoito) horas, sita à Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 555, no município de Cocal do Sul (SC), estiveram reunidos os membros do Conselho Fiscal, os Srs Gilberto Antonio Luciano, Irisvaldo Kanarek e Geraldo Martins Soares para examinar e apreciar o seguinte: Balanço Patrimonial, Contas de sobras e perdas, Demonstrativos Estatísticos e demais documentos e contas relacionadas com o exercício de 2019, compreendido entre 1º (primeiro) de janeiro até 31 (trinta e um) de dezembro do referido ano, bem como o Relatório da Diretoria. Depois de procedido os exames detalhados das contas e demonstrativos, resolveram emitir o seguinte parecer: Em cumprimento as determinações estatutárias e ao mandato que nos foi conferido, declaramos que após minucioso exame do caixa, conciliação bancária e demais documentos como Balanço Patrimonial, Contas de Sobras e Perdas, Contabilidade e ainda baseados nas reuniões regulamentares efetuadas até a presente data, nas quais tomamos conhecimento de todos os atos praticados, tendo encontrado tudo na mais perfeita ordem e em vista da realização da Assembléia Geral Ordinária, marcada para o dia 14 (quatorze) de fevereiro de 2020 (dois mil e vinte), cujo Edital de Convocação já foi divulgado dentro do prazo previsto pelo Estatuto, somos de Parecer Favorável no sentido de que seja aprovado pela Assembléia Geral Ordinária. Nada mais havendo a ser tratado, deu-se por encerrada a presente reunião. Para constar lavrei a presente ata que após lida se aprovada, vai assinada por mim, secretário e demais membros do Conselho Fiscal presentes.

Cocal do Sul, 28 de janeiro de 2020.


Gilberto Antonio Luciano
Coordenador


Irisvaldo Kanarek
Secretário


Geraldo Martins Soares
Conselheiro

EDITAL DE CONVOCAÇÃO



COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL
CNPJ/MF: 06.532.348/0001-45

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente da COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL - COOPERCOCAL, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Estatuto Social, convoca os associados para comparecerem a **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA** a realizar-se no dia **14 de fevereiro de 2020**, nas dependências da sede recreativa da Cooperoccal, sita na Estrada Geral, s/nº, Km 1,4, localidade de Linha Tigre, município de Cocal do Sul-SC, por não haver acomodações suficientes na sede social, às 17h em primeira convocação com a presença de 2/3 de seus associados, às 18h em segunda convocação com a presença de metade mais um de seus associados ou às 19h em terceira e última convocação com a presença de no mínimo 10 (dez) associados para deliberarem a seguinte:

ORDEM DO DIA

- 1) Prestação de contas do conselho de administração acompanhado de parecer do conselho fiscal e auditoria independente referente exercício de 2019, compreendendo:
 - a) Relatório da gestão;
 - b) Balanço patrimonial;
 - c) Demonstrativo das sobras apuradas no exercício de 2019;
 - d) Parecer do conselho fiscal e parecer de auditoria independente.
- 2) Destinação das sobras apuradas no exercício de 2019.
- 3) Fixação de pró-labore e cédula de presença às reuniões do conselho de administração e conselho fiscal.
- 4) Aprovação de plano de investimentos para o exercício de 2020.
- 5) Eleição dos componentes do conselho fiscal período 2020.
- 6) Aprovação de condições para cobrança de créditos de terceiros nas notas fiscais de fornecimento de energia elétrica cuja atividade não seja sem fins lucrativos. (Atividades acessórias e atípicas)
- 7) Assuntos gerais.

Observações:

- a) Para efeito de verificação de quorum a Cooperativa possui **15.334** associados.
- b) Os documentos a serem apreciados no item (01) primeiro da "Ordem do Dia" estarão disponíveis aos associados a partir do dia 04/02/2020, na sede social.
- c) Interessados a concorrer aos cargos sociais do conselho fiscal, deverão compor chapas a serem inscritas junto à administração na sede da Cooperoccal até às 17h30m do dia 05/02/2020.
- d) As chapas apresentadas deverão conter a documentação prevista no artigo 47º do estatuto social, e expressa concordância de seus componentes.
- e) Havendo chapa única inscrita para eleição do conselho fiscal do item 5º (quinto) da "Ordem do Dia" será votado por aclamação no dia 14/02/2020, salvo determinação diversa da assembleia geral.
- f) Registrando-se mais de uma chapa a concorrer a eleição do conselho fiscal, a assembleia permanecerá em aberto durante o dia 15/02/2020, no período compreendido entre 09h e 16h quando serão votadas as chapas apresentadas e em seguida apurado os resultados.
- g) O local de votação é as dependências da Escola de Educação Básica Professor Padre Schüller (Colégio Schüller), sita à Rua Dr. Edson Gaidzinski, nº 260, Bairro Centro, Município de Cocal do Sul-SC.
- h) A posse dos eleitos ocorrerá após a apuração do resultado da eleição conforme estatuto social.
- i) Para exercer seu direito de voto o associado inscrito até a convocação desta assembleia deverá apresentar-se munido da carteira associado ou de documento oficial com fotografia que o identifique e estar rigorosamente em dia com as obrigações junto a cooperativa até às 17h30m do dia 13 de fevereiro de 2020.

Cocal do Sul, 14 de janeiro de 2020.


Altair Lorival de Melo
Presidente

Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 555 – Bairro Centro – CEP: 88.845-000 – Cocal do Sul – SC
E-mail: coopercocal@coopercocal.com.br – Site: www.coopercocal.com.br

PARECER DA AUDITORIA – SOCIETÁRIA

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores, Conselheiros e Associados da
COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL - COOPERCOCAL
Cocal do Sul – SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL - COOPERCOCAL**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL - COOPERCOCAL**, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL - COOPERCOCAL**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da **COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL - COOPERCOCAL**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como apropriados e necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.

Os responsáveis pela governança da **COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL - COOPERCOCAL**, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Rua Vereador Mário Coelho Pires, n.º 1060, Sala 11 - Campinas - CEP 88.101 - 090 - São José, SC
Grande Florianópolis - Fone/Fax (48) 3259.2444 - e-mail: audicons@terra.com.br

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São José (SC), 24 de Janeiro de 2020.


Hermenegildo João Vanoni

Sócio Responsável - Contador-CRC-SC 14.874/O-7

AUDICONSULT Auditores S/S

CRC-SC 4.012

PARECER DA AUDITORIA – REGULATÓRIA

AUDICONSULT **AUDICONSULT Auditores S/S**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Srs. Associados e Administradores da
COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL - COOPERCOCAL
Cocal do Sul - SC

Opinião

Examinamos as Demonstrações Contábeis Regulatórias - DCRs, da **COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL - COOPERCOCAL**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base nas disposições do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE instituído pela Resolução Normativa 605/2014 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL - COOPERCOCAL**, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de relatórios contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico definido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL - COOPERCOCAL**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Base contábil de elaboração das demonstrações contábeis

Chamamos a atenção para a nota explicativa 02 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis, que foram elaboradas para auxiliar a companhia a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Consequentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

Outros Assuntos

A **COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL - COOPERCOCAL**, elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado para os cotistas e administradores da **COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL - COOPERCOCAL**, com data de 24 de janeiro de 2020.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da **COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL - COOPERCOCAL**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis

Rua Vereador Mário Coelho Pires, nº 1060, Sala 11 - Campinas - CEP 88.101 - 090 - São José - SC
Grande Florianópolis - Fone/Fax (48) 3259-2444 - e-mail: audiconsult@audiconsult.com.br

AUDICONSULT **AUDICONSULT Auditores S/S**

regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 605/2014 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.

Os responsáveis pela governança da **COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL – COOPERCOCAL**, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

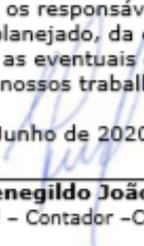
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São José (SC), 18 de Junho de 2020.



Hermenegildo João Vanoni
Sócio Responsável – Contador –CRC-SC 14.874/O-7

AUDICONSULT Auditores S/S
CRC-SC 4.012

Rua Vereador Mário Coelho Pires, nº 1060, Sala 11 - Campinas - CEP 88.101 - 090 – São José – SC
Grande Florianópolis - Fone/Fax (48) 3259-2444 – e-mail: audiconsult@audiconsult.com.br 3

PARTICIPAÇÕES

Direção Geral

Altair Lorival de Melo - Presidente

Coordenação e produção

Adriecio De March – Departamento técnico

Bruno Fabro da Silva – Departamento de TI

Carla Rafael – Departamento comercial

Danylla Zanette – Departamento de cobrança e publicidade

Diogo de Fáveri Ramos – Departamento de contabilidade

Estefano Luiz Costa – Engenheiro responsável técnico

Hemerson Lorival de Melo – Departamento compras

Idemar Sartor – Departamento de pessoal / financeiro

Marcos Vinicius de Melo - Departamento de contabilidade

Supervisão

Lesio Rosso - Gerente

Roteiro editorial e conteúdo

Lei nº 5.764/1971

Resolução ANEEL nº 605/2014

Pronunciamentos técnicos - IBRACON

Estatuto social

Agradecimentos

Conselho de administração

Departamento técnico e engenharia

Departamento de contabilidade

Departamento financeiro

Departamento de recursos humanos

Departamento comercial

Funcionários da COOPERCOCAL em geral

Audiconsult consultores



ISO 9001

COOPERCOCAL

☎ 0800 48 7019 / (48) 3447-7000 📠 28908

📱 APP COOPERCOCAL f @ COOPERCOCAL 📍 CEP: 88845-000

🖱 WWW.COOPERCOCAL.COM.BR